

**Autor:**

João Paulo Martins Ferreira

**Título:**

*Fernão Peres de Trava e seus cavaleiros: um estudo sobre os rituais de investidura cavaleiresca atribuídos pelo Livro do Deão e pelo Livro de Linhagens do Conde D. Pedro a Fernão Peres de Trava*

**Resumo:**

Tal como vários membros do seu grupo familiar (Trava-Trastâmara-Palmeira-Tougues-Pereira), a personagem de Fernão Peres de Trava recebeu um tratamento laudatório em várias passagens dos nobiliários portugueses do século XIV (*Livro do Deão* e *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*) – muito por força da intervenção dos Pereira na escrita do Conde D. Pedro de Barcelos.

Com efeito, tanto em LD19A2 como em LL13B2, Fernão Peres é descrito como um cavaleiro exemplar e padrinho de investidura do conde D. Mendo, o *Sousão*, de Fernão Rodrigues de Castro e de D. Pedro Arazo de Aragão. Devido a uma falha na edição de Herculano do *Livro do Deão*, onde se exclui a figura de D. Mendo desta passagem, nenhum filólogo ou historiador tirou as devidas interpretações sobre a natureza (real ou ficcional) e importância discursiva destas passagens, dentro do contexto da escrita genealógica medieval, ou relacionou-as com os primórdios da investidura cavaleiresca no Ocidente Peninsular (durante os inícios do século XII).

Neste artigo, tentaremos analisar a falha na transmissão textual provocada por Herculano, inscrever estas lições na retórica discursiva em torno dos primórdios da investidura cavaleiresca e definir as apotações que podem trazer à verdadeira expansão deste fenómeno.

**Palavras-chave:**

Fernão Peres de Trava; Trava; Pereira; Investidura; *Livros de Linhagens*; refundição.

**Abstract:**

Like many other members of his family group (Trava-Trastâmara-Palmeira-Togues-Pereira), the character of Fernão Peres de Trava has received a laudatory treatment in several passages of the portuguese peerage books of the XIVth century (*Livro do Deão* and *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*) – mainly due to the intervention of the Pereira family in the writings of the count D. Pedro of Barcelos.

In effect, both in LD19A2 and LL13B2, Fernão Peres is described as an exemplary knight and «knight» of D. Mendo, the *Sousão*, Fernão Rodrigues de Castro and D. Pedro Arazo de Aragão. Because of an error in Herculano's edition of the *Livro do Deão*, that excludes the figure of D. Mendo from this passage, no philologist or historian has taken the due interpretations about the nature – be it real or fictional – and discursive importance of these passages, within the context of medieval genealogical literature, or has linked them to the first ceremonies of knighting in the Western part of the Iberian Peninsula (in the early XIIth century).

In this article, we will try to analyse the flaw caused by Herculano in its textual transmission, to inscribe these lessons on the retoric discourse related to the first knighting rituals and to assess its contributions to the comprehension of the expansion of this phenomenon.

**Keywords:**

Fernão Peres de Trava; Trava; Pereira; knighting ritual; peerage books; rewriting of the peerage book of count D Pedro.

**Plano:**

*Introdução*

*a) O Livro do Deão*

*b) A Omissão do Conde D. Mendo, o Sousão*

*c) Fernão Peres de Trava e seus Cavaleiros*

*O conde D. Mendo, o Sousão*

*Fernão Rodrigues de Castro, o Castelhana*

*Pero Arazo de Aragão*

*d) Uma «Genealogia» do Ritual de Investidura*

*Conclusões*

**Como citar este artigo:**

João Paulo Martins Ferreira, «Fernão Peres de Trava e seus cavaleiros: um estudo sobre os rituais de investidura cavaleiresca atribuídos pelo *Livro do Deão* e pelo *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro a Fernão Peres de Trava», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, nº 5, 2020, pp. 91-144.

DOI: <https://doi.org/10.21747/21839301/gua5a4>

## FERNÃO PERES DE TRAVA E SEUS CAVALEIROS: UM ESTUDO SOBRE OS RITUAIS DE INVESTIDURA CAVALEIRESCA ATRIBUÍDOS PELO *LIVRO DO DEÃO* E PELO *LIVRO DE LINHAGENS DO CONDE D. PEDRO A FERNÃO PERES DE TRAVA*<sup>193</sup>

João Paulo Martins Ferreira  
IF/SMELPS/FCT – CEPESE  
Universidade do Porto

### Introdução

Figura controversa dos inícios do século XII, Fernão Peres de Trava foi sendo alvo de múltiplas censuras por parte da historiografia portuguesa ao longo de várias centúrias (devido à relação política e pessoal que manteve com D.<sup>a</sup> Teresa), tendo sido destacado constantemente o caso de «incesto» em que incorreu (dada a união precedente da rainha a Bermudo Peres de Trava, seu irmão)<sup>194</sup> e o seu peso no desenvolvimento de uma estratégia política «galeguista» por parte da condessa-rainha<sup>195</sup>.

---

<sup>193</sup> Este artigo foi desenvolvido no âmbito do projeto MELE (Da Memória Escrita à Leitura do Espaço, POCL-01-0145-FEDER-032673), cofinanciado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI), através do Portugal 2020 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), e por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

<sup>194</sup> Em LL13A2 – utilizaremos o sistema de citação de passagens cunhado pelas edições de José Mattoso dos livros de linhagens: livro; título; sequência de passagens; e lição (Mattoso e Piel (ed., 1980); Mattoso (ed., 1980) –, por exemplo, refere-se especificamente «E este conde dom Fernam Pirez, seu irmão [de Bermudo Peres de Trava], filhou esta rainha dona Tareija, e casou com ela sem Deus e sem direito, e por este pecado que fez este conde dom Fernam Pirez, foi exerdado do reino de Portugal, [...]. Este dom Vermuu Pirez, veendo esto, casou com a filha do conde dom Hanrique e desta rainha dona Tareija, sa molher que ele criava em sa casa e havia nome dona Tareija Hanriquez, e por este pecado foi feito o mosteiro de Sobrado [...].», lição que atribui aos irmãos Trava um duplo incesto: o casamento de ambos com D.<sup>a</sup> Teresa e, no caso de Bermudo, o matrimónio sequencial com mãe e filha. Reproduzindo o ideário vigente na historiografia medieval portuguesa do seu tempo, esta passagem transmite uma clara noção de «causa e efeito», sendo o «pecado» causa da derrota dos Trava e de D.<sup>a</sup> Teresa, devido ao desfavor de Deus. E, contudo, muitos ramos dos Trava e seus parentes colaterais permaneceram na corte portuguesa, desenvolvendo carreiras transfronteiriças de sucesso.

<sup>195</sup> Política esta que, apesar do seu fracasso, permitiu a construção de laços sócio-familiares relevantes, principalmente no que concerne às famílias de Gomes Nunes de Pombeiro (os Celanova-Barbosa), Rodrigo Peres Veloso (Trava), Fernão Peres Cativo (Soverosa), Rodrigo Froilaz de Trastâmara (Trava-Palmeira-Pereira-Tougues) e do próprio Bermudo Peres de Trava – sobre a presença de algumas destas figuras entre o «oficiato» régio português (antes e depois de S. Mamede) veja-se Mattoso (2006, pp. 69-74). Olhando

No entanto, a liturgia narrativa dos nobiliários portugueses do século XIV (*Livro do Deão e Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*) evidencia, em diversas passagens, um esforço de engrandecimento e nobilitação do papel social dos Trava, quer durante o seu zénite (nos reinados de D.<sup>a</sup> Urraca e Afonso VII e de D.<sup>a</sup> Teresa e D. Afonso Henriques)<sup>196</sup> quer num período «mítico» (correspondente a um século XI discursivo, onde, apesar da sua riqueza em narrativas de tom lendário, os dados genealógicos são esboçados com enormes falhas e redundâncias)<sup>197</sup>.

---

para estes e outros casos, verificamos que a realidade histórica parece desmentir a retórica historiográfica criada em torno da oposição radical entre os blocos que se enfrentaram em S. Mamede, pois foram justamente estas relações sociais simbióticas entre estirpes galegas e portucalenses que estimularam inúmeros processos migratórios no Ocidente Peninsular, onde a mudança (ou acumulação) de fidelidades políticas (algumas vezes antagónicas) era, de facto, bastante comum – vejam-se os casos apresentados por Mattoso (2000, pp. 319-339); idem (2001, pp. 259-271); idem (2002, pp. 129-147); Sottomayor-Pizarro (2010, pp. 889-924); ou Calderón Medina e Ferreira (2014, pp. 1-48). Dito isto, interessa evidenciar, no entanto, que a estratégia de D.<sup>a</sup> Teresa significou um passo atrás no caminho de legitimação dos «particularismos» individualizantes da aristocracia portucalense, que, desde a chegada do conde D. Henrique, encontrou nos cargos disponíveis na corte condal o mecanismo ideal de consubstanciação e reconhecimento da sua autoridade social e territorial, por oposição aos tempos de D. Raimundo, magnate que, salvo raras exceções, a tinha secundarizado, semeando, dessa forma, as rivalidades que viriam a reemergir a partir de 1121, com a chegada dos Trava a Portugal – especificamente sobre este período crucial de transição veja-se, por exemplo, Silva (1993, pp. 577-604); ou, mais recentemente, Oliveira (2007, pp. 17-37). Hoje, a historiografia portuguesa identifica na governação de D.<sup>a</sup> Teresa um plano consistente e coerente (de afirmação da sua soberania, dentro de um cenário geográfico bastante amplo, aglutinador de, pelo menos, Portugal, de todos os territórios galegos até à ria de Vigo, das Astúrias de Tineo, Astorga, Zamora e da Extremadura, ou seja, do condado Portucalense – e suas dependências galegas – e dos territórios ganhos por D. Henrique da coroa leonesa), mas desenvolvido pelas elites erradas (os Trava), devido à alienação da aristocracia portuguesa acima referida – para uma visão mais contemporânea de D.<sup>a</sup> Teresa leia-se Amaral e Barroca (2012).

<sup>196</sup> Por força do seu elevadíssimo estatuto social e relações consanguíneas com as famílias reais de Portugal e Leão-Castela, os Trava foram alvo de uma miríade de relevantes estudos. De entre eles, podemos destacar: Soares (1989, pp. 171-202); Portela Silva e Pallares Méndez (1993, pp. 277-294); Mattoso (dir., 1993, pp. 48-53); Barton (1997, pp. 238, 241-242, 254-255, 257, 264-265, 278-279 e 297-298, onde se expõem inúmeros dados prosopográficos); Torres Sevilla-Quiñones de León (1999, pp. 312-341; López Sangil (2002); Mattoso (2006, pp. 30-32, 36-38 e 67-72); e Amaral e Barroca (2012, pp. 68-74 e 222-233).

<sup>197</sup> Tomemos como exemplo o caso de Rodrigo Froilaz de Trastámara, irmão de Pedro Froilaz de Trava e patriarca dos Palmeira, Pereira e Tougues – *vide* Mattoso (1998 [1982] p. 118); idem (1995 [1985], vol. I, p. 177); López Sangil (2002, pp. 42-49) –, fidalgo que, graças à refundição dos Pereira, foi mesclado com um Rodrigo Froilaz mitificado, autor de façanhas que rivalizavam com o próprio Cid – como aquelas descritas em LL21G7, onde Rodrigo Froilaz protege e aconselha Garcia II contra as maquinações dos seus inimigos internos e externos. Tanto quanto sabemos, este Rodrigo Froilaz «mítico» parece assumir uma posição cronologicamente intermédia entre dois Rodrigos Froilaz verdadeiros. Um Rodrigo Froilaz de Trastámara (I) (Torres Sevilla-Quiñones de León, 1999, pp. 312-313 e 319-320), que, segundo uma breve memória genealógica dos patronos do mosteiro de Sobrado (a propósito dos direitos deste cenóbio sobre património em Aranga, Mariniano, Ventosa, Origueira, Chantada, Meranio, Villa Ousat, Candario e Ouces – Loscertales de Valdeavellano (ed., 1976, vol. I, doc. 212), foi pai de Mendo Rodrigues, Gonçalo Rodrigues e Froila Rodrigues, sendo este último pai de Bermudo Froilaz e, portanto, avô de Froila Bermudes e bisavô de Pedro Froilaz de Trava e do nosso Rodrigo Froilaz de Trastámara (II); segundo Margarita Torres Sevilla (Torres Sevilla-Quiñones de León, 1999, pp. 311-312), este Rodrigo Froilaz (I) poderá ter sido filho do conde conimbricense Froila Gonçalves (Mattoso, 2001 [1981], p. 94), que se destacou pela sua nefasta condição de aliado de Almançor e inimigo dos seus parentes colaterais (*vide* Azevedo, 1973, pp. 73-93); julgamos que este Rodrigo Froilaz (I) será aquele que entrou em litígio com Troitesendo Vímares por uma

Tudo indica que, tal como sugere José Carlos Miranda<sup>198</sup>, a refundição dos Pereira do nobiliário do Conde D. Pedro, baseada num conjunto significativo de tradições e escritos genealógicos (talvez avulsos) procedentes das diferentes casas desta família, acabou por promover um diálogo entre os dois nobiliários, resultante num natural enriquecimento do conteúdo (relativo aos Trava) que transitou do *Livro do Deão* para o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*<sup>199</sup>.

Uma destas passagens simétricas encontra-se em LD19A2 e LL13B2:

E este conde D. Fernão foi mui prezado em tudo o bom, e fez cavaleiro o conde D. Mendo, o Souzao<sup>200</sup>, D. Fernão Rodrigues de Castro e D. Pedro de Aragão – LD19A2.

E este conde dom Fernando foi prezado em armas e em todo bem de'lo pecado da rainha dona Tareija afora. E este conde dom Fernando fez cavaleiro dom Fernam

---

herdade em Guilhabreu, que tinha pertencido aos filhos de Sandino Soares e de D.ª Ximena (Fernando, Soeiro e Goldegrodo), patronos de Sever de Vouga (com quem os últimos condes de Coimbra mantiveram uma acesa rivalidade) – *Portugaliae Monumenta Historica: Diplomata et Chartae*, 1867-[1873], vol. I, doc. 216. Quanto ao nosso Rodrigo Froilaz de Trastâmara (II), terá nascido quase 100 anos depois do seu homónimo (algures nos inícios do terceiro quartel do século XI, já que se documenta a partir de 1087 – López Sangil, 2002, p. 42), tendo casado com Moninha (ou Gontinha) Gonçalves da Maia, de quem teve Gonçalo Rodrigues da Palmeira (patriarca dos Palmeira-Pereira), Mem Rodrigues de Tougues, Elvira Rodrigues e Velasquida Rodrigues – filhos que, segundo os nobiliários, procedem de um matrimónio erróneo de Rodrigo Froilaz (II) com Urraca Rodrigues de Castro (e este Rodrigo Froilaz de um Froila Bermudes II inexistente). Comparando a proposta de reconstituição de José Augusto de Sottomayor-Pizarro, estruturalmente construída em torno das informações dos livros de linhagens (Sottomayor-Pizarro, 1999, vol. III genealogia 4.16.1. Trava-Tougues-Palmeira), e a de Margarita Torres Sevilla, assente no universo documental galego (Torres Sevilla-Quiñones de León, 1999, pp. 327-332), notamos algumas falhas inter-geracionais nas secções provenientes directamente dos nobiliários, provavelmente oriundas da intervenção dos Pereira, que, devido ao seu escasso conhecimento genealógico sobre o século XI, encontraram nesta cronologia o espaço ideal para a mitificação do seu antepassado mais distante. Note-se, porém, que, ao contrário de Sottomayor-Pizarro, Margarita Torres Sevilla ignora o desenvolvimento dos ramos portugueses dos Trava – profundamente estudados pelo primeiro autor. Resta referir que os casos de enormes lapsos inter-geracionais (relativos ao século XI) são bastante comuns nos nossos nobiliários; veja-se a passagem LL37A1, onde S. Rosendo, ilustre bispo do século X, se torna irmão de D. Nuno de Celanova e de Afonso de Celanova, personagens de finais do século XI. Os dados genealógicos destes dois autores devem ser combinados com os de López Sangil (2002, pp. 42-49), através dos quais se podem acrescentar bastantes personagens à descendência de Rodrigo Froilaz (II).

<sup>198</sup> Miranda (2019, pp. 781-798).

<sup>199</sup> Especificamente sobre os escritos genealógicos dos Pereira veja-se *ibidem*, pp. 788-795. No artigo citado, José Carlos Miranda chega a admitir uma certa inconsistência na presença de um «capítulo» sobre os Trava no *Livro do Deão*, visto que, na sua introdução, o redactor deixa bem clara a sua intenção em descrever as origens das famílias portuguesas que estiveram com Afonso VI na conquista de Toledo.

<sup>200</sup> A referência ao conde D. Mendo, o Souzao (provavelmente Mendo Viegas de Sousa, como veremos mais adiante), não se encontra quer na edição de Herculano quer na edição de Mattoso e Piel (recuperando ambas as edições o texto fixado por Caetano de Sousa), mas está presente em vários testemunhos do *Livro do Deão*, como o manuscrito dos *Carmelitas* (usado por Caetano de Sousa como instrumento de confrontação). Voltaremos a este assunto mais adiante...

Rodrigues de Castro, parrafo 4º, e o conde dom Meendo<sup>201</sup> de Portugal e dom Pero Arazo d’Aragom. – LL13B2.

Observando as duas passagens, podemos enaltecer um claro tom laudatório em relação à figura de Fernão Peres de Trava («mui prezado em tudo o bom» – «em todo bem») <sup>202</sup>, mesmo tendo em conta a alusão ao seu pecado com D.ª Teresa («de’lo pecado da rainha dona Tareija afora», ou seja, exceptuando o já referido «incesto» dos dois irmãos Trava) <sup>203</sup>. Importa referir também a cronologia precoce destes supostos rituais de investidura <sup>204</sup> e a sua dimensão trans-regional, cobrindo Galiza-Portugal (Mendo, o *Sousão*), Castela (Fernão Rodrigues de Castro) e Aragão (Pedro Arazo de Aragão).

Dentro do *Livro do Deão*, que dá uma enorme primazia às famílias portuguesas primordiais <sup>205</sup>, esta passagem insere-se em um, de apenas dois «apartados» (XIX e XX), predominantemente dedicados aos Trava e, mais especificamente, à descendência de Fernão e Bermudo Peres. A sua presença no início do título XIX, antecede um extenso desdobramento genealógico da descendência de Fernão Peres de Trava, que, tal como o parentesco espiritual promovido pelo acto da investidura, tocava várias latitudes do Ocidente Peninsular – Lara (Castela e Biscaia), Noreña/Noronha (Astúrias), Lima-Nóvoa (Galiza), Silva, Velho-Cerveira (Portugal) e Meneses (Castela), entre outras.

---

<sup>201</sup> Na sua edição, Mattoso reconhece no manuscrito *C do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (da Academia das Ciências de Lisboa) uma única variante (Pedro, em vez de *Meendo*), que se justifica facilmente pela aparição subsequente de Pero Arazo de Aragão.

<sup>202</sup> Tendo em conta o contexto, podemos aferir que se estaria a aludir, acima de tudo, às suas qualidades cardeais enquanto cavaleiro, a «fortaleza» e a «ardileza», claros sinónimos de bravura/capacidade bélica e inteligência estratégica/política, respectivamente – sobre este assunto (e o seu papel dentro do sistema de valores da sociedade cavaleiresca) veja-se Aguiar (2018, pp. 45-62).

<sup>203</sup> Acreditamos que esta referência ao pecado de D.ª Teresa prova a inexistência de qualquer intervenção censória por parte da pena refundidora dos Pereira, talvez com o intuito de manter alguma coerência interna no discurso do nobiliário (LL13A2). Por outro lado, temos que sublinhar também que os Pereira são procedentes de Rodrigo Froilaz de Trastâmara (II), e não de Pedro Froilaz de Trava (pai de Fernão e Bermudo Peres de Trava), sendo, por isso, provável que a propensão para as adulterações no perfil sociológico desta última linha seria muito menor.

<sup>204</sup> Ao contrário de outras geografias (onde o estudo dos rituais e práticas sociais associadas à cavalaria são verdadeiramente omnipresentes no contexto historiográfico: Huizinga (1990); Paravicini (1993, pp. 9-34); Barber, 1970); Vale (1981); Keen (1984); *idem* (1996); Cross (1996); Strickland (1996); Kaeuper (1999); *idem* (2009); *idem* (2016); Stevenson (2007, pp. 197-214); Saul (2012); Taylor (2013); Contamine (1976, pp. 272-282); Flori (1986); *idem* (2010); Barthélemy (2007); García Díaz (1984, pp. 117-133); Pérez de Tudela Velasco (1986, pp. 813-829); Rodríguez Velasco (1996); Palacios Martín (1997-1998, pp. 88-95); Nieto Sória (2001, pp. 61-79); Quintanilla Raso (1996); e Porrinas González (2015), os estudos sobre a cavalaria em Portugal foram sempre bastante escassos e orientados, principalmente, para os finais da Idade Média (Mattoso, 1985, p. 116); *idem* (1993, pp. 152-154); *idem* (1998 [1982]); *idem* (2011a, pp. 489-500); *idem* (2011b, pp. 353-365); Viana (2012, pp. 61-81); Faria (2006, pp. 61-86); Rebelo (2012, pp. 135-143); Pontes (2008); Aguiar (2018); *idem* (2015<sup>a</sup>, pp. 1-17); *idem* (2015<sup>b</sup>, pp. 13-46); e *idem* (2016).

<sup>205</sup> Partindo de uma análise aturada de várias linhas masculinas e femininas dos Sousa e terminando com os Lanhoso, pontuando o texto com algumas visitas a famílias castelhano-leonesas (como os Castro, Meneses, Lima ou, até, a própria família real, por exemplo).

Em certa medida, a estratégia discursiva do *Livro do Deão* relativa a Fernão Peres destoa bastante da proposta inicial do seu prólogo, que exclui claramente dos seus propósitos o estabelecimento de uma dimensão peninsular. Por outro lado, a fixação dos laços simbólicos e consanguíneos dos Trava favorece, em grande medida, a posição social dos Pereira do século XIV, que, em alguns casos, encetaram carreiras transfronteiriças de relevo<sup>206</sup>.

Assim sendo, podemos concluir que este «apartado» se insere muito mais dentro do espírito do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, explanado na frase «E veendo as escripturas com grande estudo e em como falavam d'outros grandes feitos compuge este livro por gaanhar o seu amor e por meter amor e amizade antre os nobres fidalgos da Espanha» [LL Prol. 2]<sup>207</sup> e na maneira como trata, sem qualquer traço diferenciador ou discriminatório, linhagens portuguesas, galegas, leonesas, castelhanas e, até, aragonesas.

De uma forma geral, a nossa passagem faz parte de um segmento relativamente inicial do título XIII do *Livro de Linhagens*, que, fruto da intervenção dos Pereira, apresenta hoje uma leitura bastante complexa e, em certa medida, desfasada da realidade genealógica<sup>208</sup>. Primeiramente, este título começa com uma descrição confusa da procedência do conde Pedro Froilaz de Trava (e do seu irmão Rodrigo Froilaz de Trastâmara)<sup>209</sup>, demonstrando claramente uma mão refundidora. O texto segue depois com a reconstituição da linha procedente de Bermudo Froilaz, em primeiro lugar<sup>210</sup>, e, de seguida<sup>211</sup>, para a descendência de Fernão Peres de Trava, onde, logo depois da enumeração dos seus filhos, se encontra a nossa passagem – com o intuito de colocar, lado a lado, os laços sanguíneos dos Trava e o parentesco espiritual/simbólico estabelecido pelo acto de investidura<sup>212</sup>.

---

<sup>206</sup> Veja-se a forma como, em LL21G15, Álvaro Gonçalves Pereira, prior do Hospital (1341-1375) e pai de D. Nuno Álvares Pereira, toma a primazia na descrição da batalha do Salado (Tarifa), ancorando os Pereira ao episódio ibérico central da obra do Conde D. Pedro de Barcelos – sobre Álvaro Gonçalves Pereira leia-se, por exemplo, Sottomayor-Pizarro (1999, vol. II, p. 308).

<sup>207</sup> A noção de «amizade» presente no prólogo do *Livro de Linhagens* foi devidamente analisada por Ferreira (2012, pp. 109-116).

<sup>208</sup> Sobre este assunto, veja-se o que dizemos na nossa nota 5, quer a propósito da figura de Rodrigo Froilaz de Trastâmara (I e II) quer sobre a própria visão estrutural dos nossos nobiliários sobre os dados genealógicos alusivos aos Trava.

<sup>209</sup> Personagem que, como vimos na nota acima citada, surge no nobiliário como uma amálgama diacrónica de dois Rodrigo Froilaz (separados cronologicamente por bastantes décadas), concentrados num único Rodrigo Froilaz «mitificado», participante de episódios entre os reinados de Fernando Magno e Afonso VI. Podemos afirmar, porém (e apesar dos inúmeros erros dos nobiliários), que não existem grandes dúvidas de que Rodrigo Froilaz de Trastâmara (II) será realmente o patriarca dos Palmeira, Tougues e Pereira.

<sup>210</sup> LL13A2-4.

<sup>211</sup> LL13B2 a D2.

<sup>212</sup> Cf. LL13B2. Nas palavras de Miguel Aguiar, aludindo ao contexto social dos séculos XIV e XV, «A qualidade do investido e do investidor também não era um aspecto secundário. Bem pelo contrário, já apresentámos casos em que ficou evidente a vontade de ser armado cavaleiro pelas mãos do rei, de um

Tal como no apartado XIX do *Livro do Deão*, este título do *Livro de Linhagens* descreve detalhadamente os laços de parentesco estabelecidos pelos descendentes de Fernão Peres com inúmeras grandes famílias da aristocracia ibérica – os Lara (Castela-Biscaia), Meneses, Cameros (Castela), os senhores de Molina (família real de Castela) e os Nóvoa-Lima (Galiza), por exemplo –, atestando novamente a expressão peninsular da influência dos Trava.

Devido às suas circunstâncias, estas passagens merecem uma análise em dois planos distintos: dentro de um contexto filológico, que vise esclarecer a falha na transmissão textual provocada pelo equívoco de Herculano e a sua posição dentro da tendência discursiva (favorável aos Trava/Pereira) de ambos os nobiliários; e dentro de uma dimensão historiográfica, delineando um «plausível» contexto real para o encontro destas figuras e para a sua investidura. Com efeito, tomaremos como ponto de partida uma análise do primeiro testemunho desta passagem, ou seja, da tradição textual presente no *Livro do Deão*, seguindo depois para a leitura da falha de Herculano.

#### a) O *Livro do Deão*

Apesar do sucesso dos *Portugaliae Monumenta Historica*, os nobiliários medievais portugueses não foram alvo de análises significativas nas décadas subseqüentes, sendo que A. Botelho da Costa Veiga seria o primeiro a aventurar-se novamente nos meandros da difícil crítica destes textos (em 1943)<sup>213</sup>. No que concerne ao *Livro do Deão*, Costa Veiga fez uma leitura atenta do seu cólofon, fixando o papel de Martim Anes, como mero copista da obra, e do «Deão» nele citado, como apenas seu mestre ou empregador, sem aventar qualquer hipótese sobre a identidade deste último ou sobre a autoria intelectual do nobiliário. Mediante uma análise atenta do seu conteúdo genealógico, identificou também que as suas reconstituições abrangiam um período entre o século XII e o segundo quartel do século XIV, apresentando lacunas evidentes na reconstituição de algumas famílias portuguesas seminais, e uma cronologia aproximada para a finalização da redacção do texto (entre 1337 e 1343, data da cópia de Martim Anes). Sem evidências substanciais, avança ainda a hipótese de que, tanto o *Livro do Deão* como o *Livro de Linhagens* terão usado principalmente materiais genealógicos provenientes do século XIII, os quais corresponderiam, em certa medida, a uma reacção

---

grande senhor ou de um cavaleiro afamado, pois isso cobria o agraciado de honra, ao mesmo tempo que podia criar ou solidificar alguns vínculos importantes, cimentando redes de fidelidade e de solidariedade» – Aguiar (2018, pp. 174-175). Independentemente da origem da nossa passagem, não julgamos existir na sua localização intencional um intuito de retro-projecção (no século XII) do ideário cavaleiresco do século XIV, na medida em que o ritual de investidura seria, desde o início, um mecanismo de criação de laços de solidariedade entre os poderosos e seus vassallos ou entre figuras do mesmo estrato social. E não custa a acreditar que, no século XII, todos os grandes da Ibéria quisessem estar aparentados ou socialmente relacionados com os prestigiados Trava...

<sup>213</sup> Veiga (1943). Os próximos dados que exporemos sobre as origens do *Livro de Deão* e sobre a sua tradição textual são oriundos da introdução, apresentada por nós e por Filipe Alves Moreira, a uma nova edição deste nobiliário, que estará disponível ao grande público brevemente.

ideológica da nobreza em relação às medidas de centralização régia dos reinados de D. Afonso II, D. Afonso III e D. Dinis<sup>214</sup>.

Por sua vez, a investigação de Lindley Cintra, em torno da *Crónica de 1344*, permitiu o estabelecimento de fortes laços entre o conteúdo do *Livro do Deão (Livro Antigo / Livro Velho I)* e do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro (Livros III e IV)*, sendo que este caminho de clarificação da filiação e correlação dos testemunhos destas duas obras acabou por ter continuidade nos apontamentos da edição crítica da versão castelhana desta crónica, pela mão de Diego Catalán e María Soledad de Andrés<sup>215</sup>.

Em 1975, José Mattoso daria início à preparação da sua edição crítica dos *Livros Velhos de Linhagens (LV e LD)*, em colaboração com Joseph Piel<sup>216</sup>. Nela defendeu que as inúmeras similitudes entre a matéria genealógica presente no *Livro do Deão* e no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* estariam relacionadas com o facto de o primeiro poder ter sido uma espécie de ensaio ou versão inacabada do segundo, onde faltariam várias parcelas de texto. Dando também continuidade ao trabalho de Costa Veiga, no que concerne à identificação de um período de redacção do *Livro do Deão*, Mattoso aponta para uma cronologia aproximada entre 1337 e 1340, com base na existência de referências ao primeiro casamento de D. Pedro I e na inexistência de alusões ao seu segundo matrimónio<sup>217</sup>, avançando também uma hipótese de identificação do «Deão» que terá patrocinado a produção da obra (D. Gonçalo Esteves, deão de Lamego, clérigo da rainha D.ª Beatriz e prior de Cárquere, que terá feito parte dos círculos próximos do Conde D. Pedro)<sup>218</sup>.

Fruto das críticas apresentadas por Almeida Fernandes, na sua *História de Lalis*<sup>219</sup>, e de novos dados propostos por Luís Krus, em *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico*<sup>220</sup>, Mattoso acabou por produzir um artigo sobre a tradição textual dos livros de linhagens, desenvolvendo uma nova teoria sobre as origens do *Livro do Deão* em 1999<sup>221</sup>. Neste trabalho, abdicou da identificação de D. Gonçalo Esteves como o «Deão» aludido neste nobiliário, dissolvendo-se assim a hipótese da sua feitura no entorno do

---

<sup>214</sup> *Ibidem*, pp. 18-22.

<sup>215</sup> Vide a introdução e aparato crítico das seguintes edições: Cintra (ed., 1951-1990); Catalán e Andrés (ed., 1971). Muitas décadas depois, José Mattoso viria a assumir-se como herdeiro das interpretações de Lindley Cintra (Mattoso, 1999, pp. 565-566), operacionalizando a diferenciação de testemunhos proposta por estes autores: *Livro Antigo* (Lousada, Lavanha e M.A. Norton), *Livro Velho* (Brandão), *Livro Velho I* (Herculano, Costa Veiga, ed. BÍblion e Gabinete de Estudos Heráldicos), *Livro Antigo de Linhagens* (Cintra) – cf. Mattoso / Piel (ed., 1980, p. 12).

<sup>216</sup> Recolheremos os principais dados avançados por Mattoso, no que concerne ao *Livro do Deão* - Mattoso e Piel (ed., 1980, pp. 15-18).

<sup>217</sup> LD6BC10. Mattoso e Piel (ed., 1980, p. 15).

<sup>218</sup> *Ibidem*, pp. 17-18.

<sup>219</sup> Fernandes (1990, pp. 352-398).

<sup>220</sup> Krus (1994, pp. 87-111, na sua versão policopiada, especialmente, as pp. 77, 79 e 83).

<sup>221</sup> Mattoso (1999, pp. 565-584).

Conde de Barcelos; abraçando as ideias de Krus (relativas ao peso das elites bracarenses dentro do universo do nobiliário do Conde D. Pedro e à identidade deste «Deão»), aceitou que o candidato mais provável seria o deão bracarense Martim Zote (a partir de 1342, ou seja, um ano antes da feitura da cópia encomendada a Martim Anes); graças à subordinação deste ao arcebispo D. Gonçalo Pereira, meio-irmão de Rui Gonçalves Pereira (vassalo e testamenteiro de D. Pedro), vinculou o contexto de produção do *Livro do Deão* aos Pereira (refundidores do famoso nobiliário do Conde de Barcelos) e, indirectamente, aos seus círculos culturais; e, quanto à datação, conseguiu consolidar a cronologia proposta por Costa Veiga (1337-1343) e aceitou o limite temporal dado por Almeida Fernandes às suas reconstituições genealógicas (1315-25).

No fundo, Mattoso acabou por reconhecer uma certa independência entre o *Livro do Deão* e o *Livro de Linhagens*, mesmo tendo em conta a sua cronologia de produção próxima (1341<sup>222</sup>-43 e 1340-48<sup>223</sup>), a presença de Martim Zote junto aos Pereira (e, indirectamente, aos círculos do Conde D. Pedro) ou as similitudes nas matérias abordadas e, até, nas fontes utilizadas, sendo, acima de tudo, instrumentos ideológicos de uma sociedade aristocrática cerceada pelas medidas de centralização régia dos séculos XIII e XIV<sup>224</sup>.

Contudo, uma análise atenta da passagem LD6AU9, alusiva a Rui Nunes de Chacim e a seu filho Nuno Rodrigues Bocarro – «E Rui Nunez foi casado com filha de Martim Tavaia [Bragança] e de Aldonça Paez [Marinho], irmã de Pero Paez Marinho, e fez em ela Nuno Rodriguez Bocarro, que matarom em Riba de Douro sobre Miranda» –, parece indicar que o Conde D. Pedro terá tido acesso a uma versão (terminada ou parcial) do *Livro do Deão*, aquando da produção do seu nobiliário (algures entre 1340-1348). Com efeito, apenas o testemunho proveniente do Manuscrito Avulso número. 54-IX-32 (73) da Biblioteca da Ajuda [A1] ostenta a lição «Riba de Douro sobre Miranda» (Miranda do Douro, Portugal), enquanto os demais possuem a lição «Argancias» (Miranda del Duero, província se Soria, Castela). Já a lição equivalente no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (LL38S10), dá preferência à mesma informação de A1, revelando, assim, que D. Pedro terá tido acesso à mesma fonte ou, talvez, a um manuscrito primitivo pertencente à sua família.

Se esta última hipótese estiver correcta, podemos concluir que o Conde de Barcelos poderá ter tido acesso a uma cópia do *Livro do Deão* (pertencente à família de A1), algures entre 1343 e 1348, datas extremas da produção de ambos os nobiliários.

Sumariamente, sabemos hoje que o *Livro do Deão* foi copiado em 1343, pelo escriba Martim Anes, por encomenda de um Deão anónimo, que poderá ser o deão

---

<sup>222</sup> Por força da lição LD3AI7, referente a Gomes Lourenço de Beja, comendador-mor de Santiago entre 1341 e 1351 (Oliveira, 2009, pp. 438-440).

<sup>223</sup> Devido a elementos presentes no prólogo do *Livro de Linhagens* provenientes do *Ordenamento de Alcalá*, Maria do Rosário Ferreira aponta para o ano de 1348 como data provável da finalização da sua redacção – sobre este assunto, veja-se Ferreira (2019, pp. 155-171).

<sup>224</sup> Mattoso (1999, pp. 574-575).

bracarense Martim Zote, personagem cimeira do episcopado de D. Gonçalo Pereira, meio-irmão de Rui Gonçalves Pereira, vassalo e testamenteiro do Conde D. Pedro de Barcelos. Tal como os exemplos por nós apresentados demonstram, o *Livro do Deão* e o *Livro de Linhagens* ostentam diversas relações intertextuais, sendo que o primeiro poderá ter sido produzido num círculo cultural acessível a D. Pedro, talvez por influência dos Pereira – refundidores do seu nobiliário. Tudo indica que o *Livro do Deão* poderá ter sido terminado em contexto bracarense, algures entre 1341 e 1343, apresentando-se como uma obra algo incompleta e como uma das fontes primordiais do *Livro de Linhagens*.

De entre os vários testemunhos (directos e indirectos) que possuímos do *Livro do Deão*<sup>225</sup>, importa realçar os seguintes: o Manuscrito avulso núm. 54-IX-32 (73) da Biblioteca da Ajuda (o já citado A1); a edição de António Caetano de Sousa nas *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (que agrupa um testemunho representativo da cópia de Afonso de Torres da cópia de Gaspar Álvares de Lousada Machado – S – e um correspondente ao manuscrito dos Carmelitas, usado como instrumento de confrontação textual – C); o Livro 183 da Casa de Palmela, guardado na Torre do Tombo (identificável como um testemunho pertencente à linha proveniente da cópia de Lousada, sem que, no entanto, se relacione directamente com qualquer outra cópia desta linha – P); o Manuscrito 47-XIII-10 da Biblioteca da Ajuda (identificável como uma cópia da cópia de Lousada, paralela à edição de Caetano de Sousa – A2); e o Manuscrito PBA. 291 da Biblioteca Nacional (fragmento do *Livro do Deão*, que inclui parte do conteúdo relativo aos Braganções e aos Lanhoso – L).

A relação interna entre estes diferentes testemunhos pode ser articulada da seguinte forma: o original do *Livro do Deão* terá dado origem à já referida cópia de Martim Anes (1343), segundo o descrito no cólofon de alguns destes manuscritos; subsequentemente, estes manuscritos primitivos terão dado origem a duas linhas de transmissão textual distintas, plasmadas na cópia de Lousada e na cópia que precedeu A1; por sua vez, a cópia de Lousada terá dado origem à cópia de Afonso de Torres (1634), à de Simão Henriques (1660), ao Manuscrito 1062a da Casa de Cadaval e a A2; a cópia de Simão Henriques daria origem à cópia de Manuel Álvares Pedrosa (dos *Carmelitas* – C), que, servindo de instrumento de confrontação à cópia de Afonso de Torres, deu origem à edição de Caetano de Sousa (S); já o Manuscrito 1062a da casa de Cadaval deu origem à cópia do Livro 183 da casa de Palmela (P).

Tudo indica, portanto, que a versão mais completa da nossa passagem [«E este conde D. Fernão foi mui prezado em tudo o bom, e fez cavaleiro o conde D. Mendo, o Souzao, D. Fernão Rodrigues de Castro e D. Pedro de Aragão» – LD19A2] se filia na linha procedente de Lousada e não na de A1, visto que, apesar da omissão de Caetano de

---

<sup>225</sup> Os dois próximos parágrafos sumarizam brevemente a investigação de Filipe Alves Moreira sobre a tradição textual do *Livro de Deão*, incluída na supracitada nova edição crítica deste nobiliário que ambos traremos brevemente à estampa. Aproveitamos para agradecer os seus contributos e a enorme colaboração prestada neste campo, bem como toda a sua disponibilidade e amizade.

Sousa e, subsequentemente, de Herculano e de Mattoso e Piel, os testemunhos de *P*, *A2* e, até, *C*, apresentam a figura do conde D. Mendo.

Tendo isto em conta, podemos concluir que no *Livro de Linhagens* convivem informações procedentes de duas linhas diferentes de transmissão textual do *Livro do Deão*, visto que a passagem anteriormente citada sobre Rui Nunes de Chacim (LD6AU9 e LL38S10) remonta à tradição textual de *A1*, enquanto esta última (LD19A2 e LL13B2) coincide com aquela procedente da cópia de Lousada. Esta situação pode ser explicada de várias formas: em certa medida, é possível que o Conde de Barcelos tenha tido acesso a versões distintas do *Livro do Deão* ou que, por outro lado, D. Pedro e os refundidores do seu nobiliário tivessem trabalhado com cópias distintas deste nobiliário, pois o título XIII do *Livro de Linhagens* (dedicado aos Trava) ostenta claros sinais de intervenção dos Pereira – justificando-se assim a filiação de um conteúdo menos intervencionado (o título 38) em *A1* e de um mais «refundido» (o título 13) na tradição proveniente da cópia de Lousada. Estamos em crer, no entanto, que, atendendo à dimensão profunda da refundição do *Livro de Linhagens*, esta segunda hipótese será a mais provável.

#### **b) A Omissão do Conde D. Mendo, o Sousa**

Tal como temos vindo a enfatizar, a omissão do conde D. Mendo na edição de Mattoso e Piel dos *Livros Velhos de Linhagens* deve-se, acima de tudo, a um longo processo de equívocos editoriais.

O primeiro erro advém directamente da edição de Caetano de Sousa, nas *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*<sup>226</sup>, já que este usou a cópia dos *Carmelitas* (*C*) apenas como um mero instrumento de confrontação, remetendo, assim, para segundo plano algumas lições que, como esta, provavam ser de melhor conteúdo do que aquelas provenientes do seu manuscrito base.

Por sua vez, Herculano (nos *Portugaliae Monumenta Historica: Scriptores*<sup>227</sup>), ao seguir o texto fixado por Caetano de Sousa, acabou por ignorar o conteúdo da única variante então conhecida – ou seja, a versão presente no manuscrito dos *Carmelitas* –, excluindo o conde D. Mendo.

Uma vez que Mattoso e Piel<sup>228</sup> trabalharam as variantes provenientes de Caetano de Sousa apenas com base na edição de Herculano, também não apresentaram o conde D. Mendo como uma variante plausível do seu texto.

Torna-se curioso verificar que, ao contrário de outras passagens – onde se tomaram opções reconstrutivas, com base na informação de outros nobiliários<sup>229</sup> –,

---

<sup>226</sup> Sousa (ed. de Almeida e Pegado, 1946, t. I [Livros I e II], Livro II, 240 - nota da variante *C* [o *Livro Velho I* encontra-se transcrito entre as páginas 179 e 333, contendo nesta edição índices remissivos]).

<sup>227</sup> *Portugaliae Monumenta Historica*, 1860, vol. I, p. 172 (a edição do *Livro Velho I* encontra-se entre as páginas 143 e 175).

<sup>228</sup> A já referida passagem LD19A2.

<sup>229</sup> Veja-se, por exemplo, a lição reconstruída por Mattoso e Piel em LD14A1, sobre as origens dos Baião em Arualdo Gondesendes de Baião.

estes últimos editores optaram por não confrontar esta passagem (LD19A2) com a sua equivalente no *Livro de Linhagens* (LL13B2) – sendo que esta última não possui qualquer variante assinalável ou omissão relativa ao *Sousão*, deixando clara a sua pertença a este contexto textual.

Dito isto, podemos concluir que, na base desta plurissecular omissão, estaria um mero salto do mesmo ao mesmo (cavaleiro ... cavaleiro), vertido no manuscrito base de Caetano de Sousa e, ao mesmo tempo, ausente dos testemunhos de *C*, *P* e *A2*.

Se, por um lado, a não inclusão de D. Mendo no corpo principal do texto editado por Caetano de Sousa se deverá, acima de tudo, a uma opção metodológica, por outro, a decisão de Herculano justifica um olhar mais atento, pois pode prender-se com uma visão ideológica em torno deste episódio (e sobre o próprio papel dos Trava na história de Portugal). Com isto queremos dizer que, talvez por força de um certo patriotismo historiográfico, Herculano poderá ter optado por excluir voluntariamente o testemunho dos *Carmelitas*, com o propósito de não relevar a influência exercida por Fernão Peres de Trava sobre a alta aristocracia portuguesa – através de uma tutela espiritual sobre D. Mendo, plasmada no acto da investidura<sup>230</sup>.

Uma das portas privilegiadas para a análise do seu pensamento sobre a problemática relação estabelecida entre D.<sup>a</sup> Teresa, os Trava e o arcebispo compostelano Diego Gelmires, continua a ser o primeiro volume da sua *História de Portugal*<sup>231</sup>. Aqui, as opções de D.<sup>a</sup> Teresa são sempre perspectivadas sob um ponto de vista bastante misógino, para os padrões da historiografia actual<sup>232</sup>. Para Herculano, as características «femininas» da personalidade de D.<sup>a</sup> Teresa condicionaram a sua acção governativa de uma forma decisiva, visto que a sua fragilidade física a obrigaria a usar apenas a astúcia – deixando as lides para os seus aliados de conveniência, que, tal como Pedro Froilaz de Trava, a acompanharam logo desde o início do seu governo<sup>233</sup> – e que

---

<sup>230</sup> Na nota 115 do primeiro volume da sua *História de Portugal* (Herculano, 1980 [1846-1853], tomo I, livro I, p. 369 - nota 115), o próprio Herculano aceita explicitamente que existiria uma superioridade moral e espiritual do cavaleiro investidor: «Como o cavaleiro que armava um novel tomava sobre ele uma espécie de superioridade, os reis de Espanha, ciosos da sua independência, seguiam o costume de se armarem pelas próprias mãos».

<sup>231</sup> Parte substancial do livro I da *História de Portugal* de Herculano é dedicada ao governo de D.<sup>a</sup> Teresa – *ibidem*, t. I, livro I, pp. 315-384.

<sup>232</sup> Tal como assinalam Luís Carlos Amaral e Mário Jorge Barroca (Amaral e Barroca, 2012, p. 9), a literatura historiográfica medieval portuguesa (seja ela cronística, analística ou genealógica) encarregou-se de construir uma «narrativa» sobre D.<sup>a</sup> Teresa, onde abundam repetições, lugares-comuns e um certo espírito misógino. Com efeito, Herculano não se desviaria muito desta «narrativa», reforçando-a e legitimando-a em muitos momentos do seu texto.

<sup>233</sup> Herculano evidencia bastantes vezes que, apesar das suas flutuações de fidelidade, Pedro Froilaz terá tido sempre como propósito último da sua conduta a secessão da Galiza e das províncias de Salamanca e Zamora, pela mão do infante Afonso Raimundes: «Pedro Froilaz, conde de Trava, era na aparência o cabeça de um partido que pretendia despojar a rainha [D.<sup>a</sup> Urraca] do governo ou pelo menos separar da coroa a Galiza e os distritos de Salamanca e Zamora (Estremadura) para constituir enfim um governo, na realidade independente, para o seu pupilo Afonso Raimundes.» – Herculano (1980 [1846-1853], t. I, livro I, pp. 333-334).

a sua vida sentimental a terá feito alinhar-se incondicionalmente com os interesses de Fernão Peres de Trava, cedendo-lhe amplas competências de governo.

Se D. Henrique é sempre descrito como um guerreiro forte e leal, inspirador de temor e reverência (tanto entre aliados como inimigos), Teresa é apresentada somente como uma política ardilosa, faltando-lhe algumas qualidades intrinsecamente masculinas, imprescindíveis à boa governação de um estado medieval:

Que outra podia ser essa competência senão a das pretensões do marido? Mas o guerreiro conde descera ao sepulcro, e a sua espada, que luzira ao sol de tantas batalhas, jazia ao lado dele debaixo da campa. Sobravam à infanta ambição, energia, pertinácia: faltava-lhe o braço de homem para sustentar o bom ou mau direito que supunha ter, faltava-lhe o ferro, que a política, em todos os tempos, costumou e costuma lançar na balança em que se pesam as contendas dos príncipes ou dos povos. Recorreu às armas de que a sua **fraqueza mulheril** podia tirar tanta vantagem como o marido tirara do esforço e perícia militar: empregou a astúcia.<sup>234</sup>.

Assim, a formação de um triunvirato, composto por Diego Gelmires, Pedro Froilaz e D.<sup>a</sup> Teresa, surge como uma consequência natural da «fraqueza mulheril» da rainha portugalense, chegando a levar a cabo operações conjuntas contra a rainha D.<sup>a</sup> Urraca<sup>235</sup>.

Ignorando completamente (e estranhamente...) o papel de Bermudo Peres na vida de Teresa<sup>236</sup>, assumiu também que a relação entre esta e Fernão Peres de Trava terá

---

<sup>234</sup> *Ibidem*, t. I, livro I, pp. 315-316 (sublinhado nosso). Sem, porém, nunca lhe retirar o mérito de ter lançado as bases da individualidade política portuguesa: «É durante esse período que a nacionalidade portuguesa começa a caracterizar-se bem, e à política de D. Teresa se deve, até certo ponto, o nascer e radicar-se em Portugal aquele sentimento de individualidade que constitui barreiras entre povo e povo mais sólidas e duradouras que os limites geográficos de duas nações vizinhas.» – *ibidem*, t. I, livro I, p. 318. Esta visão nacionalista e patriótica dos processos políticos medievais encontra-se hoje plenamente ultrapassada, na medida em que as fronteiras a que Herculano aludia não existiam ainda verdadeiramente, sobrevivendo nesta altura (e nas centúrias subsequentes...) um sistema feudal integrado, onde elites laicas e eclesiásticas usavam as suas relações sócio-políticas e familiares transfronteiriças, numa busca constante pela supremacia social em ambos os reinos – para além dos textos citados na nossa nota 3, mais voltados para processos migratórios, podemos salientar também: Calderón Medina (2011, com especial atenção para a aristocracia forânea presente na corte leonesa); *idem* (2018), sobre a vivência dos Soverosa em Portugal, Leão e Castela; e Ferreira (2019), dedicado às origens e práticas sociais transfronteiriças da aristocracia laica e eclesiástica da antiga diocese de Tui.

<sup>235</sup> Depois de uma reunião magna em Oviedo, onde os grandes da Hispânia Ocidental juraram fidelidade a D.<sup>a</sup> Urraca, Pedro Froilaz e D.<sup>a</sup> Teresa juntaram forças e cercaram o castelo de Sobroso, apoiando os rebeldes que, mais a norte, seguiam Gelmires, e dando força aos contactos que já vinham a estabelecer desde os inícios de 1116 – Herculano (1980 [1846-1853], t. I, vol. I, pp. 336-337).

<sup>236</sup> Que, pela sua natureza incestuosa (devido à posterior relação da rainha com Fernão Peres e de Bermudo Peres com a sua filha Urraca Henriques), foi evidenciado em fontes medievais trabalhadas por Herculano, como o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* – veja-se, por exemplo, a supracitada lição LL13A2. Esta opção poderá prender-se com o facto de Bermudo Peres de Trava não se encontrar plenamente documentado em Portugal entre 1112 e 1121, ano que antecedeu o seu casamento com a infanta Urraca Henriques (Amaral e Barroca, 2012, p. 70). Assim sendo, podemos presumir que as

surgido durante o seu convívio nestas campanhas, desencadeando em Portugal o mesmo clima de hostilidade em relação à viúva de D. Henrique que existia na Galiza para com D.<sup>a</sup> Urraca<sup>237</sup>.

Defendendo também uma subordinação clara de Fernão Peres a Diego Gelmires<sup>238</sup> – devido aos cargos e privilégios que obteve na sua corte arquiépiscopal<sup>239</sup> –, Herculano

---

tradições infamantes sobre as relações de D.<sup>a</sup> Teresa poderão ter nascido de uma confusão (talvez voluntária...) entre mãe e filha – tal como se confundiu algumas vezes Urraca Henriques com a sua irmã Teresa Henriques, provavelmente com os mesmos propósitos (também em LL13A2). A nosso ver, boa parte das referências posteriores à união de Teresa e Bermudo, plasmadas em textos historiográficos como a *Crónica de Portugal de 1419*, por exemplo, radicam a sua origem no título XIII do *Livro de Linhagens* e, por isso, num discurso altamente intervencionado pelos Pereira. Importa também realçar que Herculano foi o primeiro investigador a constatar que, mesmo depois da revolta portuguesa anti-Trava (1127-1128), Bermudo Peres e sua família governaram Viseu e Seia, permanecendo, portanto, na corte portuguesa e instigando apenas uma pequena revolta em 1131 – cf. Herculano, 1980 [1846-1853], t. I, livro II, pp. 404-405 (Mattoso atribui a Bermudo Peres duas estadas diferentes, 1131-1140 e 1143-1145 – Mattoso, 2006, pp. 71-72 –, sendo que em 31 de Março de 1128, ou seja, pouco tempo depois de S. Mamede, era ainda tenente de Viseu – Amaral e Barroca, 2012, p. 71 –; já Fernão Bermudes de Trava, seu filho, foi tenente de Viseu, Guarda e Trancoso, entre 1173 e 1209 – Sottomayor-Pizarro, 1999, vol. II, p. 286).

<sup>237</sup> «Aí, no meio das fadigas e riscos dos combates, despontaria essa afeição entre Fernando de Trava e D. Teresa, que tão notável se tornou anos depois e que veio produzir em Portugal cenas análogas às que se representavam então na Galiza.» – Herculano (1980 [1846-1853], t. I, vol. I, pp. 337-338).

<sup>238</sup> Herculano utiliza constantemente qualificativos depreciativos para descrever Diego Gelmires: «[...] é necessário conhecer essa trama, em que, como era de esperar, figura, posto que entre sombras, o façanhoso Gelmires. Este homem, cuja vaidade era igual à sua cobiça, desejava ardentemente ver elevada a sé de Santiago à categoria de metropolitana.» (*ibidem*, p. 347); «[...] Diogo Gelmires, espécie de Mefistófeles sacerdotal, cujo carácter é assaz negro para ainda sobressair no quadro da anarquia e dos crimes que despedaçavam o seio da monarquia leonesa.» (*ibidem*, p. 351); «[...] com o astucioso Gelmires [...]» (*ibidem*, p. 360).

<sup>239</sup> Enaltece, por diversas ocasiões, a sua alferesia à frente das tropas episcopais (e a fidelidade que, por isso, este lhe deveria), bem como a influência indirecta que, através dele, o arcebispo compostelano terá exercido sobre D.<sup>a</sup> Teresa: «Chegava a perseguir aqueles mesmos que mais seus parciais eram, como Fernando Peres de Trava, alferes-mor ou chefe das tropas arquiépiscopais e que da mão de Gelmires tinha alcaidarias e terras em soldo ou préstamo.» (*ibidem*, t. I, vol. I, p. 351); «[...] Fernando Peres, filho de Pedro Froilaz e alferes-mor do arcebispo, [...]. A boa harmonia do filho de Pedro Froilaz com o prelado subsistia ainda depois da guerra. Seguindo cada qual o campo de uma das irmãs, a amizade entre os dois não acabara, porque na realidade deviam ser estreitas as suas relações ocultas.» (*ibidem*, pp. 352-353); «Lembremo-nos, também, da afeição que por toda a vida ele mostrou, salvo raros desgostos, ao arcebispo de Santiago, cujo homem era, para nos servirmos duma expressão desse tempo. Cumpre igualmente observar que ambos eles pertenciam, um oculto, outro francamente, ao partido inimigo irreconciliável de D. Urraca. O vencimento e a sujeição de D. Teresa vinham, pois, a ser por muitos modos golpes fatais aos interesses e designios de Gelmires e dos seus associados.» (*ibidem*, pp. 356-357); «D. Teresa, porém, talvez por influência de Fernando Peres, mandou avisar o prelado, oferecendo-lhe ao mesmo tempo ou um dos seus castelos para ele acolher, ou algum dos seus navios para voltar a Compostela.» (*ibidem*, p. 359); «D. Teresa havia-se unido imediatamente ao partido do arcebispo [...]» (*ibidem*, p. 363); «A infanta seguia o triste exemplo que sua irmã lhe dera, e o alferes-mor do arcebispo Gelmires representava em Portugal o mesmo papel que Pedro de Lara fazia em Leão e Castela.» (*ibidem*, p. 366); «Os poderosos parentes que o amante de D. Teresa tinha na Galiza e as suas relações com o onipotente Gelmires tornavam necessário que eles preparassem de sobremão os meios de sacudir o jugo importuno do conde.» (*ibidem*, p. 367).

sobrevaloriza bastante a sujeição emocional de Teresa ao conde de Trava e a forma como esta interferiu profundamente na sua tomada de decisão:

Era tão frequente naqueles tempos a quebra das mais solenes promessas, a ambição e o egoísmo tão pouco rebuçados, que não devemos julgar esse procedimento com o mesmo rigor com que o condenaríamos numa época mais recente. **Além disso, Fernando Peres obtivera inteiro domínio no seu espírito, e nesta resolução da infanta-rainha sabemos que ele interveio por metade.**<sup>240</sup>.

O filho de Pedro Froilaz achava-se revestido de uma autoridade tal que nos documentos contemporâneos ele figura como igual da infanta-rainha. Elevado à categoria de conde, entregues à sua administração imediata os distritos do Porto e Coimbra, os principais dos estados de D. Teresa, **e obcecada esta por uma paixão, segundo parece, violenta,** é natural que Fernando Peres obtivesse, até, a supremacia sobre os outros condes ou tenentes do resto do país.<sup>241</sup>.

[...] **o amor cego da rainha por um homem alheio à província,** poderoso por alianças e parentescos com muitos ilustres barões da Galiza e ainda de Leão e de Castela, [...] servia para tornar duvidosa a sorte futura de Portugal, ligada à vontade de um valido cujo procedimento político podia ser guiado por considerações e respetos contrários à desejada independência do país que indirectamente governava.<sup>242</sup>.

Por outro lado, Fernão Peres é prefigurado com um certo tom de «oportunismo», o que, em certa medida, é justificado com recurso à sua condição de filho segundo:

Já no princípio deste ano [1121] ou do antecedente, Fernando Peres, filho de Pedro Froilaz e alferes-mor do arcebispo, vivia na corte de D. Teresa, de quem obtivera os mais importantes governos que lhe podiam ser confiados, os do distrito do Porto e do distrito de Coimbra, com o título de cônsul ou conde, como o tivera o conde borgonhês Henrique. **Era preciso que as suas relações com a infanta dos portugueses fossem antigas e a sua influência no ânimo dela excessiva para um simples cavaleiro e, posto que filho segundo de uma das mais nobres famílias de Espanha, soldado do arcebispo de Compostela, subisse a tão elevados cargos.**<sup>243</sup>.

Através dos exemplos expostos, podemos identificar no pensamento de Herculano uma firme linha discursiva/argumentativa, assente numa caracterização psicológica depreciativa de D.<sup>a</sup> Teresa, Fernão Peres de Trava e Diego Gelmires, e claramente expressa numa escrita de tom soberanista e patriótico.

---

<sup>240</sup> *Ibidem*, p. 363 (sublinhado nosso).

<sup>241</sup> *Ibidem*, p. 365 (sublinhado nosso).

<sup>242</sup> *Ibidem*, p. 378 (sublinhado nosso).

<sup>243</sup> *Ibidem*, pp. 352-353 (sublinhado nosso).

Assim sendo, podemos resumir as suas teses da seguinte forma: após a morte de D. Henrique, D.<sup>a</sup> Teresa encetou um plano de consubstanciação de uma soberania plena de Portugal e dos restantes territórios que herdara e conseguira (as províncias de Tui, Ourense, Zamora, Astorga, Salamanca e parte das Astúrias) ou no ressurgimento de uma coroa galega independente; contudo, as suas fraquezas «femininas» (a falta de qualidades bélicas e um sentimentalismo exacerbado...) obrigaram-na a procurar apoio nas acções de aliados e validos militares ou a recorrer a vários logros diplomáticos (na sua instável relação com D.<sup>a</sup> Urraca); o seu primeiro aliado foi Pedro Froilaz, figura que, conciliando esforços com Gelmires, almejava já a independência da Galiza, fosse através de Afonso Raimundes ou, como alternativa, de D.<sup>a</sup> Teresa; ao contrário de Diego Gelmires, que é descrito como um personagem «mefistofélico» e obscuro, Pedro Froilaz é biografado de uma forma recorrentemente positiva, na sua qualidade de grande senhor com propósitos claros e honrados; já seu filho, Fernão Peres de Trava, é perspectivado como um «oportunista» que, manipulando os sentimentos amorosos de D.<sup>a</sup> Teresa, conseguiu alcançar uma posição muito mais elevada do que aquela que se deveria atribuir a um filho segundo ou a um mero consorte ilegítimo; graças à sua subordinação a Diego Gelmires (e aos interesses galegos em geral...), Fernão Peres acabaria por encaminhar D.<sup>a</sup> Teresa para uma guerra civil contra a sua própria aristocracia, que se viria a alinhar paulatinamente no partido de D. Afonso Henriques; tanto quanto é possível avaliar, Herculano escolheu ignorar o papel de Bermudo Peres de Trava na vida de D.<sup>a</sup> Teresa, talvez por não ter concebido uma explicação plausível para a permanência da sua família entre a aristocracia portuguesa, no rescaldo dos acontecimentos de 1127-28; por fim, resta dizer que a vontade de D.<sup>a</sup> Teresa é claramente subordinada (pelas suas «qualidades» femininas...) à vontade de actores masculinos de personalidade dúbia, encarnados em Gelmires (profundamente maquinador) e Fernão Peres (ambicioso e manipulador) – ou seja, nenhum dos grandes derrotados dos sucessos que desencadearam S. Mamede são analisados sob uma luz psicologicamente positiva<sup>244</sup>.

Tendo em conta tudo isto, não será implausível que Herculano tenha escolhido «truncar» voluntariamente a referência à investidura do conde D. Mendo por Fernão Peres de Trava, através da omissão da lição presente no manuscrito dos «*Carmelitas*» do «*Livro do Deão*», já que, na sua concepção dos acontecimentos que antecederam a subida ao poder de D. Afonso Henriques, uma subordinação espiritual e moral de um dos grandes representantes da velha aristocracia portuguesa a este magnate galego seria absolutamente inconcebível – especialmente dentro do contexto de um discurso historiográfico que valorizava bastante todas as proto-oposições nacionais.

Portanto, apenas duas hipóteses justificam a omissão de Herculano: uma transposição literal do texto de Caetano de Sousa, ignorando, neste caso, a variante de

---

<sup>244</sup> Para uma visão mais clara sobre os acontecimentos que envolveram S. Mamede, leia-se Mattoso (1978, pp. 159-186).

C, ou a escolha ideológica que acabámos de descrever. Mas, tendo ambas igual força, e considerando que não encontramos mais nenhum indício válido, não podemos atestar plenamente qual delas será a verdadeira.

### c) Fernão Peres de Trava e seus Cavaleiros

Ao longo do século XI, os Trava conseguiram transcender a sua situação social enquanto representantes de uma grande nobreza regional galega, para se transformarem em agentes políticos decisivos nos pleitos dinásticos de finais desta centúria.

Segundo documentação do mosteiro de Sobrado (Galiza)<sup>245</sup>, esta família viria de um Rodrigo Froilaz, personagem que poderá ser um dos filhos do último conde conimbricense, o turbulento Froila Gonçalves<sup>246</sup>. De Rodrigo Froilaz<sup>247</sup> terá nascido Froila Rodrigues<sup>248</sup>, pai de Bermudo Froilaz<sup>249</sup> e avô de Froila Bermudes<sup>250</sup>. Deste último

---

<sup>245</sup> Loscertales de Valdeavellano (ed., 1976): vol. I, doc. 212 (documento devidamente analisado por Torres Sevilla-Quiñones de León, 1999, pp. 312 e 319-320).

<sup>246</sup> Tal suposição torna-se ainda mais verosímil quando verificamos que um Rodrigo Froilaz entrou em litígio com Troitesendo Vímares, a propósito de uma herdade em Guilhabreu que lhe tinha sido transmitida pelos filhos de Sandino Soares e de D.<sup>a</sup> Ximena (Fernando, Soeiro e Goldegrodo), patronos de Sever do Vouga (*Portugaliae Monumenta Historica: Diplomata et Chartae*, 1867-[1873], vol. I, doc. 216) – seguindo a tradição de oposição entre a aristocracia condal de Coimbra e os seus parentes colaterais de Sever.

<sup>247</sup> Segundo López Sangil, Rodrigo Froilaz (I) terá casado com uma D.<sup>a</sup> Elvira, de quem teve Froila Rodrigues, Mendo Rodrigues e Gonçalo Rodrigues – López Sangil, 2002, p. 16. Ressalve-se, porém, que este autor, para além de utilizar a proposta genealógica de Margarita Torres Sevilla, recolhe também dados do «*Cronicón de Santa María de Sobrado*», escrito em 1770, cuja fiabilidade merece algumas pequenas ressalvas.

<sup>248</sup> Froila Rodrigues terá casado com D.<sup>a</sup> Inhiga Gonçalves, filha do conde Gonçalo Froilaz e D.<sup>a</sup> Ildoara (seus parentes), de quem teve Bermudo Froilaz, Maria Froilaz, Rodrigo Froilaz (?) e Fernando Froilaz – *ibidem*.

<sup>249</sup> Segundo López Sangil, Bermudo Froilaz terá casado duas vezes: com D.<sup>a</sup> Gontrode e, depois, com D.<sup>a</sup> Loba Rodrigues, senhora que, falecendo em 1071, se fez sepultar em San Martín de Jubia, tal como seu marido. Deste último casal terão nascido Froila Bermudes e Lúcia Bermudes, mãe de Monia e Ermesenda Froilaz – *ibidem*.

<sup>250</sup> A primeira intervenção crucial dos Trava na grande política ibérica poderá ter sido o envolvimento do conde Froila Bermudes no assassinato do bispo iriense D. Godesteu, seu parente – Falque Rey (ed., 1994, p. 76) –, na medida em que terá despoletado, em 1069, um clima favorável à restauração de várias dioceses galegas, reforçando assim a autoridade de Garcia II – Amaral (2007, pp. 235-238). A sucessão genealógica citada encontra-se também em Torres Sevilla-Quiñones de León (1999, p. 329).

terão nascido, entre outros<sup>251</sup>, Rodrigo Froilaz de Trastâmara<sup>252</sup> e Pedro Froilaz de Trava<sup>253</sup>.

Pedro Froilaz encontra-se documentado entre 1088 e 1028, tendo casado por duas vezes (com Urraca Froilaz e, depois – por volta de 1102 –, com Maior Gontrode) e sido pai de vários filhos (15 no total). De entre eles devemos destacar obviamente Bermudo e Fernão Peres de Trava, ambos nascidos da sua primeira união, e Rodrigo Peres Veloso, provavelmente nascido do seu segundo matrimónio<sup>254</sup>.

Apesar da sua constante presença em círculos próximos a Afonso VII, jurando-lhe fidelidade durante a sua aclamação como rei da Galiza (1211) e de Leão (1126), Pedro Froilaz também soube estreitar laços com D.<sup>a</sup> Teresa, especialmente através de operações conjuntas contra D.<sup>a</sup> Urraca, a partir de 1116<sup>255</sup>. Durante estas campanhas,

---

<sup>251</sup> Tanto quanto sabemos, Froila Bermudes terá casado duas vezes: a primeira com D.<sup>a</sup> Elvira de Faro (filha do conde Mendo Bermudes, aio de Afonso V, e de Ildoara Guterres, senhora procedente dos patronos do mosteiro de Aranga), de quem teve Gonçalo Froilaz, Pedro Froilaz, Rodrigo Froilaz e Visclavara Froilaz, e a segunda com D.<sup>a</sup> Lúcia, de quem teve Monia Froilaz e Ermesenda Froilaz. Para além da já referida participação no assassinato de D. Godesteu, Froila Bermudes teve múltiplos pleitos com o mosteiro de Jubia, a partir de 1069, tendo feito uma vasta doação a este cenóbio em 1086, como forma de agradecimento por ter saído ileso da batalha de Sacralinas. A lista de bens apresentada neste documento (Domirón, em Trasancos, e S. Julián de Mondego, em Nenios) possui a singularidade de terem sido invadidos, em tempos passados, por normandos. Terá sido fundador do mosteiro de Cascas e falecido por volta de 1091-1092 – López Sangil (2002, pp. 17-19).

<sup>252</sup> Sobre a genealogia de Rodrigo Froilaz (II) veja-se Sottomayor-Pizarro (1999, vol. III, genealogia 4.16.1. Trava-Tougues-Palmeira), combinando-o com os dados biográficos e genealógicos de López Sangil (2002, pp. 42-49 e esquema genealógico 6). Documentado entre 1087 e 1133, Rodrigo Froilaz (II) foi senhor dos portos e frotas da Galiza (1102), tendo estado presente nas cortes de D. Raimundo (em 1096), de D.<sup>a</sup> Urraca (em 1110) e de Afonso VII (em 1127 e 1131). Surge apenas uma vez entre os confirmantes de D. Pedro Froilaz, seu irmão, em 1108. Graças a inúmeras permutas patrimoniais (documentadas em 1087, 1093, 1096, 1104, 1107, 1110 e 1114), sabemos que teve bens em Chanteiro, Cervás, Carantoña, Pruzos, Neda, Meirás, Santiago de França, Brión, Papone, Orgiale, Viminario, Eritales, Canteiro, Cedeira, Perlío, Pentonices, Narahio, Bisanquis, S. Martim, Trasancos e Meango, através das quais beneficiou o cenóbio de Caaveiro, a Sé de Santiago e, principalmente, o mosteiro de Jubia, onde foi sepultado (segundo documento de 1137). Certamente terá recebido bens em Portugal da sua esposa, que, atendendo à distribuição geográfica dos seus descendentes, se localizavam entre Braga e o vale do Ave. Também documentada na Galiza, Gontinha (ou Moninha) Gonçalves da Maia doou a Caaveiro uma herdade em Maniños, em 1117 – López Sangil (2002, pp. 42-45). Do seu casamento terão nascido Mendo Rodrigues (Tougues), Gonçalo Rodrigues (Palmeira), Froila Rodrigues, Aldena Rodrigues, Elvira Rodrigues e Velasquida Rodrigues, sendo os quatro primeiros detentores de património e peso social tanto na Galiza como em Portugal (cf. *ibidem*, pp. 45-49 e Sottomayor-Pizarro, 1999, vol. II, pp. 285-288, que sintetiza boa parte dos dados avançados por vários autores sobre os ramos portugueses dos Trava).

<sup>253</sup> Sobejamente conhecida, a vida e carreira de Pedro Froilaz foram alvo de inúmeras análises e sínteses, destacando-se Barton (1997, pp. 278-279); Torres Sevilla-Quiñones de León (1999, pp. 320-325); López Sangil (2002, pp. 20-42); Amaral e Barroca (2012, pp. 68-69, por exemplo).

<sup>254</sup> Sobre a linha de descendentes de Pedro Froilaz de Trava veja-se Torres Sevilla-Quiñones de León (1999, pp. 322-341) e López Sangil (2002, pp. 55-124, resumidas no quadro 2). Descendentes de Froila Bermudes. Já a procedência de Rodrigo Peres Veloso em Pedro Froilaz foi fixada por Barton (1989, pp. 653-661) – resolvendo as dúvidas que Mattoso sempre apresentou sobre esta figura, associando-o aos Cabrera catalães (*vide* Mattoso, 1995 [1985], vol. I, p. 184).

<sup>255</sup> Tal como vimos anteriormente.

D.<sup>a</sup> Teresa ter-se-á cruzado com Bermudo e Fernão Peres de Trava, irmãos documentados já desde 1104<sup>256</sup> e que, por isso, já teriam por volta de 25 anos.

Independentemente das dúvidas que podemos levantar sobre a relação entre a soberana portugalense e Bermudo Peres<sup>257</sup>, torna-se bastante claro que D.<sup>a</sup> Teresa buscou o valimento dos irmãos Trava desde finais da década de 1110, chegando ambos à sua corte em 1121<sup>258</sup> e unindo-se «carnalmente» à sua família – através do casamento de Bermudo com Urraca Henriques e do concubinato de Fernão com a autodenominada rainha.

Enquanto Bermudo alcançou a tenência de Viseu (1125-1128), deteve o castelo de Seia (1131) e marcou presença intermitentemente na corte portugalense até 1131 – tendo morrido apenas em 1168 –, Fernão cedo chegou ao governo das terras de Coimbra (1121-1128), recebeu bens em Ázere e o castelo de Coja, deteve o castelo de Soure (1122-1128) e, provavelmente, assumiu funções condais em Portucale (até 1128). Após a derrota de S. Mamede (1128) e a morte de D.<sup>a</sup> Teresa (1130), Fernão Peres continuou uma carreira proveitosa em Leão, tendo-se tornado aio de Fernando II (por volta de 1149) e morrido poucos anos depois (por volta de 1155)<sup>259</sup>.

Atendendo a esta cronologia vital, podemos presumir, portanto, que Fernão Peres de Trava terá sido investido na cavalaria bastantes anos antes de ter chegado a Portugal (1121) e, por isso, muito antes das investiduras de Afonso VII em Santiago (1124) e de Afonso Henriques em Zamora (1125) – duas das primeiras cerimónias deste tipo a terem direito a um tratamento historiográfico na literatura medieval do Ocidente Peninsular<sup>260</sup>.

Idealmente, o ritual da investidura deveria acontecer durante a juventude do cavaleiro, marcando, assim, a sua entrada na maioridade – por volta dos 14 anos – através de um ritual espiritual e marcial. Sabemos também que seriam exigíveis provas

---

<sup>256</sup> As ilustres carreiras de Bermudo e Fernão Peres de Trava encontram-se descritas em: Barton (1997, pp. 241-242, no caso de Fernão Peres); Torres Sevilla-Quiñones de León (1999, pp. 326-339, sobre ambos e sua descendência); López Sangil (2002, pp. 55-100 e 125-153, sobre Fernão e Bermudo e sua descendência); Amaral e Barroca (2012, pp. 69-74, análise mais voltada para as suas relações políticas em Portugal).

<sup>257</sup> Explanadas na nossa nota 44. Note-se ainda que os equívocos dos nobiliários relativos a Maria e Urraca Fernandes de Trava, filhas de Fernão Peres de Trava, encobriram a relação umbilical existente entre os Nóvoa e Lima, concluindo-se, portanto, que os erros dos nobiliários também seriam comuns entre os ramos colaterais desta família – sobre este equívoco leia-se Sottomayor-Pizarro (2011, pp. 53-74, especificamente as pp. 59-60, para a permuta de identidade das duas irmãs).

<sup>258</sup> Sobre a sua influência em Portucale, leia-se Amaral e Barroca (2012, pp. 69-74), ou Mattoso (dir., 1993, pp. 48-49 e 51-60) e *idem* (2006, pp. 30-32, 36-46 e 67-68).

<sup>259</sup> Amaral e Barroca (2012, pp. 70-74).

<sup>260</sup> As referências a investiduras no Ocidente Peninsular anteriores aos inícios do século XII são verdadeiramente raras. A única exceção será a alusão à investidura do Cid, que, segundo a *Historia Roderici*, terá ocorrido na corte de Sancho II, pela mão do próprio monarca – cf. Barton (1997, p. 48).

de valor bélico<sup>261</sup>, pelo que esta cerimónia ficaria altamente dependente do desenvolvimento natural das capacidades de cada guerreiro, que, atendendo a exemplos tardo-medievais, poderiam maturar em idades muito variáveis (desde a adolescência até à casa dos 30 anos)<sup>262</sup>.

Contudo, o contexto peninsular apresentava uma relevante particularidade em relação ao restante panorama europeu, plasmada no posicionamento seminal da monarquia à cabeça da cavalaria<sup>263</sup> e dando-lhe a singular prerrogativa de se armarem pelas suas próprias mãos<sup>264</sup>. A este fenómeno não será alheio o facto de tanto D. Afonso Henriques como Afonso VII se terem encontrado na condição de órfãos de pai à altura da sua investidura, pelo que não poderiam receber as armas das mãos dos condes D. Henrique e D. Raimundo<sup>265</sup> – ambos provenientes de uma região onde o ritual da investidura cavaleiresca já tinha ganho maior peso social entre a aristocracia<sup>266</sup>.

Tomando como exemplo D. Afonso Henriques, podemos verificar uma enorme coerência na investidura descrita pelos *Anais de D. Afonso, rei dos Portugueses*, em relação àquilo que (em circunstâncias ideais...) é prescrito nos tratados dos séculos XIII e XIV:

Era de 1163. O ínclito infante D. Afonso, filho do conde Henrique e da rainha D. Teresa, neto de D. Afonso, tendo cerca de 14 anos de idade, estando na sé de Zamora, no dia santo de Pentecostes, tomou de cima do altar as armas militares e vestiu-se e cingiu-se a si próprio diante do altar, como é costume fazerem os reis. Vestiu-se com a armadura e como o Gigante, pois era grande de corpo, e cingindo-se a si próprio com as armas para as batalhas, tornou-se, nos seus actos, como um leão e como a cria do leão que ruge na caça.<sup>267</sup>

---

<sup>261</sup> O *Poema de Almería* alude que Álvaro Rodrigues de Castro, filho de Rodrigo Fernandes de Castro, e seu irmão Martim Fernandes de Hita, ambos filhos de Fernão Garcia de Hita, teriam na sua companhia vários jovens cavaleiros investidos por eles (talvez durante esta campanha...) – *ibidem*. Recordamos que, como veremos mais adiante, Rodrigo Fernandes de Castro foi pai de Fernão Rodrigues de Castro, personagem investido por Fernão Peres de Trava.

<sup>262</sup> Aguiar (2018, pp. 170-176). Para mais detalhes sobre a prática da investidura cavaleiresca veja-se *idem* (2015b, pp. 13-46).

<sup>263</sup> Fenómeno plasmado na letra da lei – *Ordenações Afonsinas* (ed., 1998, livro I, p. 364).

<sup>264</sup> Herculano apresenta inúmeros casos peninsulares, provando a sua disseminação por todos os reinos (de Portugal a Aragão) – Herculano (1980 [1846-1853], t. I, livro I, p. 370, nota 115).

<sup>265</sup> Raimundo faleceu em 1107 e D. Henrique em 1112.

<sup>266</sup> Para uma perspectiva clara sobre o arranque do movimento cavaleiresco no espaço ultrapirenaico veja-se, por exemplo, Flori (1986).

<sup>267</sup> Tradução de Mattoso, a partir do texto de Block-Walter – Mattoso (2006, p. 38). Episódio completamente ignorada no discurso do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, que opta por criar um diálogo fictício entre D. Afonso Henriques e D. Henrique, no seu leito de morte.

Tal como sugere Afonso X na *Segunda Partida*<sup>268</sup>, Afonso Henriques consagrou a noite à vigília, reflexão espiritual e expiação dos seus pecados. Provavelmente depois de uma purificação corpórea, ataviou-se com as armas próprias da sua nova condição (arnês, espada, esporas e paramentos heráldicos) e ouviu missa.

A única grande divergência em relação às recomendações das *Partidas*, que preconizam a entrada em cena de um «padrinho» – responsável por ouvir o pedido solene de investidura, pela imposição das armas (embainhar da espada e colocação das esporas), pela recepção do seu juramento solene de fidelidade aos valores da cavalaria (defesa da lei de Deus e dos homens, bem como do seu senhor natural e do reino), pela subsequente pescoçada e, por fim, pelo primeiro beijo da paz –, prende-se com a já referida auto-investidura das armas (espada e esporas), sem qualquer participação de terceiros.

Esta mesma lacuna repete-se em relação ao texto de Raymond de Llull (*O Livro da Ordem de Cavalaria*)<sup>269</sup>, que preconiza igualmente uma vigília na véspera de uma festividade sagrada (neste caso, o dia de Pentecostes), seguida de uma missa solene e do cingir da espada, juramento, bofetada e beijo da paz.

Portanto, apesar de ter sido redigida em Santa Cruz de Coimbra e apenas 60 anos depois dos acontecimentos, concluímos facilmente que esta notícia dos *Anais* encontra-se em perfeita sintonia com as práticas aplicadas desde as décadas centrais do século XIII.

Recentemente, José Mattoso tentou conciliar a investidura de D. Afonso Henriques com os propósitos antagónicos da aristocracia portugalense e dos Trava, defendendo que, para além de colocar o jovem infante dentro da lista de herdeiros naturais de Afonso VI<sup>270</sup>, também teria acontecido com o pleno beneplácito de D.<sup>a</sup> Teresa e de Fernão Peres de Trava, talvez visando uma afirmação da soberania da rainha sobre alguns dos seus domínios leoneses – encabeçados naturalmente pela urbe zamorana<sup>271</sup>.

Se assim foi, devemos aceitar, portanto, que Fernão Peres estaria plenamente ciente da importância simbólica do ritual de investidura e que, talvez, já tivesse sido ele próprio investido na cavalaria. Mais audaz, ainda, seria pensar nele como um possível substituto de D. Henrique – falecido em 1112, na região de Astorga – nas funções de padrinho de investidura do seu «enteado», cumprindo-se, assim, integralmente as práticas prescritas nos tratados das centúrias seguintes<sup>272</sup>. Recordamos também que, entre 1121 e 1127, Afonso Henriques e Fernão Peres de Trava encontram-se

---

<sup>268</sup> Juárez Blanquer e Rubio Flores (eds., 1991, pp. 184-187) – *op. cit.* em Aguiar (2018, pp. 162-163).

<sup>269</sup> Llull (ed., 2002, pp. 45-48).

<sup>270</sup> Tal como acontecera com a investidura de Afonso VII, no ano anterior.

<sup>271</sup> Mattoso (2006, pp. 38-40).

<sup>272</sup> Importa realçar que, décadas mais tarde, as condições prescritas na *Segunda Partida*, ganharam força de lei no ordenamento jurídico português – *Ordenações Afonsinas* (ed., 1998, livro I, pp. 370-372).

simultaneamente entre os confirmantes mais regulares dos diplomas de D.<sup>a</sup> Teresa<sup>273</sup>, o que, apesar de tudo, atesta uma certa harmonia (política e pessoal) entre ambos, até ao estalar da revolta portugalense, e dá alguma força ao provável assentimento do conde galego ao acto de investidura – ou, até, à sua intervenção na cerimónia.

Atendendo à cronologia da chegada de D. Raimundo e D. Henrique à península (1090-91 e 1095-96, respectivamente) e ao surgimento de Bermudo e Fernão Peres de Trava no universo documental (1104), podemos concluir que a investidura de Fernão talvez tivesse sido influenciada pelos paradigmas sociais dos condes borgonheses, não sendo de excluir completamente a hipótese de que um deles tenha sido o seu padrinho de investidura<sup>274</sup>. Só assim se poderá compreender o consentimento implícito (ou explícito...) que o conde de Trava terá dado à investidura de D. Afonso Henriques.

### O conde D. Mendo, o Sousa

Como vimos, as passagens LD19A2 e LL13B2 indicam que Fernão Peres de Trava investiu na cavalaria o conde D. Mendo, o *Sousão*, Fernando Rodrigues de Castro e Pedro Arazo de Aragão, claros representantes da fina flor da grande aristocracia de Portugal, Castela e Aragão e, por conseguinte, expressão do poder e influência peninsular da família Trava. Mais do que um mero instrumento retórico, esta referência pode encerrar em si um campo de relações sociais completamente desconhecido, ocultado por imprecisões e complexas remissões internas do próprio texto.

Analisando as múltiplas alusões ao conde D. Mendo, o *Sousão*, presentes nos nossos nobiliários medievais, verificamos que a esmagadora maioria aponta para o conde D. Mendo Gonçalves de Sousa I<sup>275</sup>, estendendo-se o seu apodo (*Sousão*) ao seu

---

<sup>273</sup> Mattoso (2006, p. 39).

<sup>274</sup> A nosso ver, o candidato mais provável será o conde D. Raimundo, numa data incerta entre 1104 e 1107 – ou seja, entre o início da maturidade de Fernão Peres e a morte do conde da Galiza. Esta suposição baseia-se no simples facto de Fernão Peres ter sido colação de Afonso Raimundes (Afonso VII), durante a sua estada junto a Pedro Froilaz, personagem que, devido a esse convívio, terá acabado por reproduzir na sua própria família (e parentela) os paradigmas sociais vigentes na casa de D. Raimundo. Recordamos que o próprio Afonso VII investiu o infante D. Sancho (futuro Sancho III de Castela), em 1152, dando assim continuidade na sua linhagem aos preceitos marciais assimilados durante a sua juventude – cf. Barton (1997, p. 48).

<sup>275</sup> LV1M7; LD5Tít.; LD6B6; LL16A4; LL16F4; LL17D3; LL22D9; LL22D10; LL22D11; LL22E12; LL22O11; LL23Tit.; LL26A4; LL36AR9; LL36BM7; LL37B2; e LL64A5. O conde D. Mendo Gonçalves de Sousa I nasceu do primeiro casamento de Gonçalo Mendes de Sousa I (mordomo-mor de D. Afonso Henriques entre 1157 e 1167) com Urraca Sanches de Celanova (filha de Sancho Nunes de Celanova e da infanta D.<sup>a</sup> Teresa Afonso, filha de D. Afonso Henriques), constituindo-se, assim, como herdeiro político e patrimonial de três grandes casas (Sousa, Celanova-Barbosa e da própria família real). Mendo Gonçalves casou com Maria Rodrigues Veloso, filha do célebre Rodrigo Peres Veloso (Trava) – conde de Límia que, conjuntamente com Gomes Nunes de Pombeiro (Celanova), apoiou as surtidas do primeiro rei de Portugal em território galego –, tendo sido pai de Gonçalo Mendes de Sousa II, Garcia Mendes de Eixo, Vasco Mendes de Sousa, Rodrigo Mendes de Sousa, Guiomar Mendes de Sousa, Urraca Mendes de Sousa (II) e Henrique Mendes. Por sua vez, da sua relação ilegítima com uma senhora de Guimarães nasceu Martim Mendes Conde, patriarca dos Moela. Mendo Gonçalves foi alferes do infante D. Sancho (futuro Sancho I), entre 1173 e 1176, e mordomo régio, entre 1186 e 1197, e ostentou bens nas terras de Aguiar de Sousa, Penafiel de Sousa, Santa Cruz e Felgueiras, que transmitiu aos seus descendentes – Mattoso (1998 [1982],

filho Gonçalo Mendes de Sousa II<sup>276</sup> e ao seu neto Mem Garcia de Sousa, filho de Garcia Mendes de Eixo<sup>277</sup>. Mas não podemos, todavia, tomar esta identificação com base num plano meramente intertextual, pois a cronologia vital de D. Mendo Gonçalves de Sousa I em nada se adequa à formulação de qualquer tipo de laço social com Fernão Peres de Trava, visto que o *Sousão* se encontra documentado somente entre 1173 e 1197<sup>278</sup> – ou seja, bastantes anos depois da morte do magnate galego (por volta de 1155). Com efeito, a alusão em ambas as passagens a um «conde» Mendo, o *Sousão*, sem qualquer tipo de patronímico, poderá dever-se a uma mera troca de personalidade com outro poderoso *Sousão*, mais próximo do conde de Trava e, contudo, menos referido nos nobiliários.

Apenas mencionado por seis vezes nestas fontes<sup>279</sup>, D. Mendo Viegas de Sousa prefigura-se como o candidato mais provável, principalmente devido à honrosa tradição que estes atribuem à família da sua esposa (Teresa ou Elvira Fernandes de Córdova ou Toledo). Segundo o *Livro Velho de Linhagens*<sup>280</sup>, o *Livro do Deão*<sup>281</sup> e o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*<sup>282</sup>, D. Mendo Viegas, filho de D. Egas Gomes de Sousa e de Gontinha Gonçalves da Maia<sup>283</sup>, casou com Teresa (ou Elvira) Fernandes de Córdova<sup>284</sup>, filha da união entre o cavaleiro mouro Fernando Afonso de Córdova e Urraca Gonçalves de Marnel, filha de Gonçalo Viegas de Marnel<sup>285</sup>.

Após a conquista de Toledo, Afonso VI cruzou-se com Fernando Afonso (de Córdova), personagem que, devido ao seu estatuto social e capacidades militares, foi

---

p. 126); *idem* (1995 [1985], vol. I, pp. 158-160); e Sottomayor-Pizarro (1999, vol. III, genealogias 4.2. Sousa-Moela e 4.7. Barbosa).

<sup>276</sup> LL26A3.

<sup>277</sup> LL36X10. As carreiras transfronteiriças de Gonçalo Mendes de Sousa II e de Garcia Mendes de Eixo, seu irmão, encontram-se devidamente analisadas em Calderón Medina e Ferreira (2014, pp. 29-32).

<sup>278</sup> Data em que surge, pela última vez, à frente da mordomia – Mattoso (1998 [1982], p. 126).

<sup>279</sup> LV1M5-6, LD1A2, LL22A7, LL22D8, LL36A4 e LL43B3.

<sup>280</sup> LV1M5-6, que, no entanto, atribui ao *Sousão* um casamento erróneo com a sua sogra, Urraca Gonçalves de Marnel.

<sup>281</sup> LD1A2, que se equivoca no nome e origem familiar da esposa – Teresa Fernandes de Marnel, filha de Fernão Gonçalves de Marnel, em vez de Teresa (Urraca ou Elvira) Fernandes de Córdova (Toledo). Note-se que, apesar de não existirem variantes assinaláveis na tradição manuscrita do *Livro do Deão*, Fernão Gonçalves parece surgir de uma mescla entre Fernando Afonso e Gonçalo Viegas de Marnel, genro e sogro, respectivamente.

<sup>282</sup> LL22D8 e LL43B3, que apresentam duas estórias plenamente concordantes em todos os seus aspectos.

<sup>283</sup> Cf. Sottomayor-Pizarro (1999, vol. III, genealogia 4.2. Sousa-Moela).

<sup>284</sup> Esta senhora deverá ser Teresa Fernandes (de Marnel), patrona do mosteiro de Pedroso – Mattoso (1998 [1982], p. 48).

<sup>285</sup> Interessa enaltecere a natureza plausível deste casamento, já que os Marnel, descendentes directos do magnate conimbricense Egas Eriz lala, foram uma das poucas estirpes que, atravessando todo o período de ocupação muçulmana nas Beiras (até 1065), conseguiram manter o seu estatuto social tanto entre as elites moçárabes como junto à aristocracia nortenha, assumindo-se, assim, como uma ponte entre estes dois mundos – *vide* Mattoso (1995 [1985], vol. I, pp. 180-182).

atraído para o partido cristão, chegando a converter-se e a casar pela mão do próprio monarca (seu padrinho<sup>286</sup>). Este enlace terá visado a introdução de mais um agente régio de mediação no cerne da aristocracia moçárabe, na figura de um cavaleiro converso aparentado com uma estirpe local (os Marnel) e com a grande aristocracia do Entre-Douro-e-Minho (os Sousa). Tal como Teresa Fernandes, também Henrique Fernandes Magro, seu irmão, casou dentro de uma estirpe nortenha, através de Ouroana Raimundes de Portocarreiro, de quem teve descendência<sup>287</sup>.

Em certo sentido, esta estória poderá ter algum fundo de verdade, dado que Mendo Viegas de Sousa se encontra documentado desde 1094, justamente na corte de D. Raimundo, genro de Afonso VI<sup>288</sup>. Aqui, poderá ter forjado as alianças necessárias à sua aproximação a uma família pertencente ao círculo mais íntimo do imperador. Na verdade, a sua carreira na cúria condal portugalense apenas se desenrolou entre 1106 e 1120, servindo D. Henrique<sup>289</sup> e D.<sup>a</sup> Teresa<sup>290</sup> na qualidade de tenente das terras de Basto (1110) e de Sousa (1110-1111)<sup>291</sup>.

Todo este percurso leva-nos a crer que Mendo Viegas se terá cruzado com Pedro Froilaz de Trava na corte de D. Raimundo (em 1094) e que, tal como ele, se terá familiarizado com as práticas sociais ultrapirenaicas trazidas pelo borgonhês, fidalgo que, tal como D. Henrique, veria já o ritual da investidura cavaleiresca como um momento iniciático chave na vida de qualquer guerreiro – impondo-o certamente aos aios e tutores dos seus filhos, como parte das obrigações sociais a cumprir (mesmo *post mortem*).

---

<sup>286</sup> A onomástica de Fernando Afonso (de Córdova) assume plenamente esta situação, visto que ao nome de baptismo (Fernando, como o pai de Afonso VI) se acrescenta o próprio patronímico do monarca (Afonso) – sinal de que, para além de ter entrado na sua parentela social, também passou a ter um «parentesco» espiritual (quase familiar...) com o rei de Leão e Castela.

<sup>287</sup> Como se pode constatar em LL43B3 e seguintes.

<sup>288</sup> Mattoso (1998 [1982], p. 48), e *idem* (1995 [1985], vol. I, p. 157).

<sup>289</sup> Surgindo ao lado do conde em 1106, 1110 e 1111 – Mattoso (1998 [1982], p. 48).

<sup>290</sup> Com quem esteve nos cruciais anos de 1112 (morte de D. Henrique), de 1116 (primeiros contactos de D.<sup>a</sup> Teresa com a família de Pedro Froilaz de Trava) e de 1120 (poucos meses antes da chegada de Fernão e Bermudo Peres de Trava a Portugal) – *ibidem* –, revelando, portanto, uma enorme sintonia em relação aos primeiros movimentos do partido galego – com o qual se poderá ter alinhado durante a sua estadia junto a D. Raimundo.

<sup>291</sup> Mattoso (1995 [1985], vol. I, p. 158). Conjuntamente com o célebre conde galego Gomes Nunes de Pombeiro, conseguiu de D.<sup>a</sup> Teresa carta de couto para o mosteiro de Pombeiro (1112). Aproveitamos para recordar também que, apesar das suas múltiplas oscilações de fidelidade entre as cortes de Portugal e Leão, Gomes Nunes estaria, por estes anos, ambigualmente envolvido com os Trava (através do seu casamento com Elvira Peres de Trava, irmã de Bermudo e Fernão Peres de Trava) e com os apoiantes de D. Henrique (de quem foi mordomo-mor em 1112) – para um bom retrato da vida de Gomes Nunes veja-se Mattoso (1995 [1985], vol. I, pp. 153-156); Sottomayor-Pizarro (1999, vol. I, p. 532 e vol. III, genealogia 4.7. Barbosa); Fernández Rodríguez (2004, pp. 71-91); a passagem LL37A2 e as suas diversas aparições na *História Compostelana* (Falque Rey, ed., 1994, pp. 261, 286, 289 e 519). Assim sendo, podemos concluir que esta colaboração entre Gomes Nunes e Mendo Viegas atesta plenamente a sua recorrente presença nos círculos sociais criados pelos Trava, durante o seu serviço a D. Raimundo e ao seu herdeiro.

Anos mais tarde (algures entre 1104 e 1107, datas da primeira aparição documental de Fernão Peres e da morte de D. Raimundo, respectivamente), Fernão Peres de Trava terá sido investido pelo próprio conde, talvez com o propósito de criar na família do aio de Afonso Raimundes um ambiente propício à aceitação da investidura do jovem infante e de demonstrar publicamente todos os seus preceitos (prescritos na tratadística e literatura historiográfica posterior). Por sua vez, Fernão terá investido Mendo Viegas de Sousa, numa data incerta entre 1106 (ou, talvez, 1116) e 1120, provavelmente com o intuito de alicerçar a sua superioridade social perante a aristocracia portugalense que, a partir de 1121, viria a caudilhar.

Sabemos também que esta opção mútua (tanto de investidor como de investido) se pode justificar, em certa medida, pela proximidade directa, em 1112, de Mendo Viegas a Gomes Nunes de Pombeiro, cunhado de Fernão Peres, e indirecta ao séquito pessoal de Afonso VI, através do casamento do Sousão com Teresa Fernandes, filha de Fernando Afonso, afilhado do próprio rei.

Como veremos, esta hipótese pode indiciar a existência de uma «genealogia» muito específica no processo de reprodução social do acto de investidura cavaleiresca entre a aristocracia portuguesa<sup>292</sup>, que abordaremos mais adiante.

### **Fernão Rodrigues de Castro, o Castelhana**

Personagem cimeira da alta aristocracia castelhana-leonesa do século XII, Fernão Rodrigues de Castro protagonizou uma longa e prestigiosa vida pública que se estendeu de 1125 a 1185<sup>293</sup>, percorrendo espaços tão diversos como os reinos da Galiza, Leão, Castela, a Andaluzia e, até, Marrocos. Para além de múltiplas remissões, mais ou menos detalhadas, à sua estrutura familiar<sup>294</sup>, os nobiliários portugueses oferecem-nos apontamentos eloquentes sobre as suas desavenças com um jovem Afonso VIII<sup>295</sup>, sobre a sua investidura (e apadrinhamentos)<sup>296</sup> e uma rica tradição familiar sobre o uxoricídio

---

<sup>292</sup> Contemporânea de outras linhas de difusão do ritual cavaleiresco no Ocidente Peninsular, maioritariamente ligadas à aristocracia de corte castelhana-leonesa, que, tal como os Trava, mimetizavam os hábitos da família real. Tomemos como exemplo Monio Afonso, que, em 1143, investiu o seu próprio filho, e Lopo Dias de Haro, que, segundo documento de 1187, tinha feito cavaleiro Lucas Lopes – cf. Barton (1997, p. 48).

<sup>293</sup> Pardo de Guevara y Valdés (2000, vol. I, p. 95, nota 160).

<sup>294</sup> LL11A6, LL13A1, LL17A1, LL37E5 e a errónea LL10C9, que o casa com Elvira Nunes de Lara, filha de um dos seus maiores antagonistas, Nuno Peres de Lara.

<sup>295</sup> LL10E11. Que, ao contrário do que o nobiliário indica, tiveram origem numa rivalidade feroz com os Lara durante a menoridade do soberano castelhana (Barton, 1997, pp. 154-155) – que é apenas testemunhada em LD19A3, aludindo a uma dupla vitória do *Castelhana* contra o conde Nuno Peres de Lara, provavelmente remetendo para pesada derrota de Lobregal (1160), na qual Nuno e Rodrigo Peres de Lara foram feitos prisioneiros pelos leoneses. Para mais detalhes sobre a biografia de Nuno Peres de Lara veja-se Sánchez Mora (2007, pp. 62-73).

<sup>296</sup> Aludimos às nossas passagens LD19A2 e LL13B2, referentes à sua investidura por Fernão Peres de Trava, e à lição LL42X6, onde se menciona que Rui Pais Taveira, filho de Paio Soares Romeu de Paiva, irmão do célebre trovador João Soares de Paiva, e de Sancha Henriques de Portocarreiro – cf. Sottomayor-Pizarro (1999, vol. I, pp. 437-438) –, usou as armas de Fernão Rodrigues de Castro numa lição mortal contra

de Estevaínha Afonso, filha bastarda de Afonso VII e sua segunda esposa<sup>297</sup>, reproduzindo uma imagem de belicosidade que, em certa medida, coincide plenamente com a realidade.

Sagazmente, Simon Barton cedo entendeu que o principal mecanismo de promoção do seu *status* social e interesses pessoais seria o exercício bélico, muito por força do tremendo abalo político causado pela divisão do império de Afonso VII, da subsequente morte de Sancho III (1158) e da menoridade de Afonso VIII<sup>298</sup>. Porém, esta postura belicosa nunca foi um traço exclusivo de Fernão Rodrigues, na medida em que sempre se expressou na sua linhagem.

Hoje sabemos que todos os ramos dos Castro procedem do enigmático magnate Fernando Garcia de Hita<sup>299</sup>, grande senhor que, tal como Pedro Froilaz de Trava, se

---

o conde «Anrique de Lara», dando a entender, portanto, que teria sido investido pelo *Castelhano*. Atendendo às poucas informações dispensadas por esta lição, não podemos atestar a sua veracidade. Porém, não é de todo improvável que Rui Pais possa ter acompanhado seu tio, João Soares de Paiva, nos seus périplos pela fronteira castelhano-navarra e aragonesa, muito perto dos senhorios primordiais dos Lara – o exílio de João Soares de Paiva e a sua influência no nascimento do movimento trovadoresco foi devidamente analisado por Miranda, 2004. Este conde «Anrique de Lara» será Manrique Peres de Lara, outro dos grandes rivais políticos do *Castelhano* e, acima de tudo, do seu tio Guterre Fernandes de Castro, – *vide* Sánchez Mora (2007, pp. 49-62) –, que, tal como Nuno Peres de Lara, terá nascido do casamento de Pedro Gonçalves de Lara (1087-1130) – *ibidem*, pp. 29-40 – com Eva Peres de Trava, filha de Pedro Froilaz e de D.<sup>a</sup> Maior Gontrode – *ibidem*, pp. 39-40 –, provável sobrinha do conde Armengol de Urgel, esposo de Elvira Rodrigues de Lara, filha de Rodrigo Gonçalves de Lara e, por isso, enteada de Estevaínha Armengol – *vide ibidem*: quadros genealógicos 1 e 2 (pp. 322-323). Dentro deste rico e complexo emaranhado genealógico, em grande medida justificativo da rivalidade constante entre os Castro e Lara, importa realçar que, tal como Fernão Peres de Trava fora amante de D.<sup>a</sup> Teresa, também Pedro Gonçalves de Lara foi amante da rainha D.<sup>a</sup> Urraca, de quem teve Fernão Peres de Lara e Elvira Peres de Lara, esposa de Garcia Peres de Trava, irmão de Bermudo e Fernão Peres de Trava, prova inequívoca de uma mimetização de estratégias sociais, em diferentes geografias do Ocidente Peninsular, por parentelas estreitamente relacionadas ou, em certos casos, opositoras – pois, como sabemos, a tutela de Afonso VIII passaria das mãos dos Castro, aios de Sancho III, para os Lara, através de Manrique Peres de Lara.

<sup>297</sup> LL11C6-7. Por ódio à sua senhora, uma cuvilheira de casa de Fernão Rodrigues tornou-se amante de um peão, usando as vestes desta sua esposa (com o propósito de confundir as suas identidades). Descoberta e acoitada pelos seus guardas, a cuvilheira escondeu-se na câmara de Estevaínha Afonso, levando a que Fernão Rodrigues a matasse injustamente perante o seu filho Pero Fernandes, quando este ainda era bebé. Oferecendo-se à justiça do rei, Fernão Rodrigues acabaria por ser perdoado por Afonso VII. Tudo indica que esta tradição não tem qualquer fundamento, já que Fernão Rodrigues só se casou com Estevaínha Afonso após a batalha de Lobregal (1160), na qual matou o seu primeiro sogro (o conde Osório Martins, da célebre família leonesa dos Flaínez), merecendo, por isso, o repúdio da sua primeira esposa, Constança Osório – Torres Sevilla-Quiñones de León (1999, p. 91). Com efeito, nenhum aspecto desta estória se encaixa na cronologia vital de Fernão Rodrigues, pelo que se deve tomar como um mero conto laudatório.

<sup>298</sup> Barton (1997, pp. 154-155).

<sup>299</sup> Cujas identidade já foi amplamente debatida durante várias décadas e que, após um longo processo de exclusões, se resume a duas grandes hipóteses: por um lado, Fernando Garcia poderá ser um infante de origem navarra ou, por outro, um filho desconhecido de Garcia II da Galiza. Independentemente da antiguidade da primeira teoria – já exposta por Salazar e Castro na *História Genealógica da Casa de Lara*, como explicação para a rivalidade constante com os Lara – ou das circunstâncias do seu casamento dentro da casa dos condes de Urgel, tendemos a aceitar que a enorme proximidade dos Castro à família real leonesa e a sua implantação em Castela – onde Garcia II faleceu, aprisionado no castelo de Luna –

colocou ao serviço de Afonso VI desde os últimos anos do século XI, encetando uma prestigiosa carreira até meados da década de 1130 († *circa* 1135-1140). Para além de ter ostentado as tenências de Medina e Guadalajara, em plena fronteira castelhano-manchega, foi senhor de inúmeros bens em Hita e Uceda, por doação de D.<sup>a</sup> Urraca. Talvez por força do seu parentesco com a família real leonesa e, por casamento, com os condes de Urgel, Fernando Garcia agiu também algumas vezes como emissário diplomático de Afonso I, o *Batalhador*<sup>300</sup>. Do seu primeiro casamento com Tegrídia Peres, filha do poderoso conde Pedro Ansures (Carrión) e de Elo Afonso, nasceram os irmãos Guterre Fernandes de Castro (1105-1166)<sup>301</sup> e Rodrigo Fernandes de Castro (1130-1144)<sup>302</sup>, pai de Fernão Rodrigues de Castro. Enquanto que do seu segundo matrimónio com Estevaínha Armengol<sup>303</sup> nasceram Urraca Fernandes, Martim Fernandes, Sancha Fernandes, Pedro Fernandes e Fernando Fernandes<sup>304</sup>.

---

justificam mais a sua filiação no malogrado rei da Galiza. Sobre este assunto vejam-se as palavras de Pardo de Guevara y Valdés (2000, vol. I, pp. 85-91), e de Torres Sevilla-Quiñones de León (1999, pp. 78-83).

<sup>300</sup> Torres Sevilla-Quiñones de León (1999, p. 83).

<sup>301</sup> A primeira aparição documental de Guterre Fernandes de Castro data de 1105, assumindo-se rapidamente como um dos principais magnates da corte leonesa, a partir de 1110, e tornando-se mordomo de D.<sup>a</sup> Urraca, em 1111 e 1115, de Afonso VII, entre 1135 e 1138, e de Sancho III, em 1153-1155. Foi também tenente de Amaia e Castro (1132), Calahorra (1140-1152), Soria (1142-1144 e 1148-1152), Arnedo (1145-1146), Roa e Amaia (1148), Castrojeriz (1156) e de Cervera, Piedras Negras e Mudave (1158). Participou na campanha de Oreja (1139) e em algumas investidas contra Navarra. Homem de confiança da monarquia castelhano-leonesa, Guterre Fernandes tornou-se aio de Sancho III (1134) e foi encarregue de acompanhar a infanta D.<sup>a</sup> Urraca Afonso nos seus esponsais com o rei de Navarra (1144). Apodado não raras vezes como «príncipe de Castela», «maior na corte do Imperador», ou «poderoso em Castela», por exemplo, demonstrou ser o principal valido castelhano de Afonso VII, Sancho III e, depois, de Fernando II, de quem se aproximou no final da sua vida, fruto dos pleitos com os Lara pela tutoria de Afonso VIII, que lhe custariam a vida em 1166. Apesar de se ter casado com Toda Dias, não teve descendência, transpondo-se a sua fortuna e prestígio social para os seus sobrinhos, filhos de Rodrigo Fernandes de Castro (Torres Sevilla-Quiñones de León, 1999, pp. 86-88, e Pardo de Guevara y Valdés, 2000, vol. I, pp. 92-94).

<sup>302</sup> Claramente obscurecido pela carreira do seu irmão, Rodrigo Fernandes deu início ao seu *cursus honorum* na alferesia leonesa, entre 1130 e 1131, assumindo depois a liderança das milícias de Toledo (1134) e de inúmeras praças fronteiriças na Extremadura e Castela. Foi também alcaide/tenente de Toledo e Oreja e tenente de Ávila. Antes da sua súbita morte em 1144 (Barton, 1997, p. 154), participou nas campanhas de Serpa e Silves e nas surtidas contra a linha do Guadalquivir (1138), bem como no cerco a Oreja (1139). Casou com Elo Álvarez, filha de Álvaro Flaínez, (grande representante da estirpe leonesa dos Flaínez e antigo tenente de Toledo no reinado de Afonso VI) e de Maria Peres (filha de Pedro Ansures, cabeça de linhagem dos célebres condes de Carrión), de quem teve ilustre descendência (Torres Sevilla-Quiñones de León, 1999, pp. 89-90, e Pardo de Guevara y Valdés, 2000, vol. I, pp. 94-95).

<sup>303</sup> Senhora que, como vimos, também se casou dentro da casa de Lara, com Rodrigo Gonçalves de Lara (1178-1141), despoletando desta forma alguns pleitos jurisdicionais e fundiários entre os Castro e Lara, que perduraram mesmo depois da fundação colectiva do mosteiro de Valbuena del Duero por Estevaínha e seus filhos (1142) – *vide* nota 104.

<sup>304</sup> Torres Sevilla-Quiñones de León, 1999: esquemas genealógicos Castro I e II (pp. 81 e 82). Deste último grupo destaca-se claramente Pedro Fernandes, primeiro mestre da ordem de Santiago – *vide* Canal Sánchez-Pagín (1984, pp. 33-71).

Tal como os seus restantes irmãos (Pedro Rodrigues de Castro, Álvaro Rodrigues de Castro, Guterre Rodrigues de Castro e Sancha Rodrigues de Castro), Fernão Rodrigues de Castro nasceu do casamento entre Rodrigo Fernandes de Castro e Elo Álvares (Fláinez)<sup>305</sup>. Devido a esta prestigiosa ascendência, que, por um lado, agregava a riqueza fundiária castelhana de seu pai ao património castelhana-leonês dos Fláinez e que, por outro, o transformaria no principal herdeiro político do seu poderoso tio Guterre Fernandes de Castro, emergiu rapidamente por entre as fileiras da alta aristocracia castelhana-leonesa, ancorando a sua acção numa postura belicista contra todos os inimigos internos e externos.

Fernão Rodrigues (*circa* 1125-1185)<sup>306</sup>, terá tido uma juventude relativamente discreta até à súbita morte de seu pai, por volta de 1144<sup>307</sup>, momento em que teria cerca de vinte anos, ou seja, uma idade ajustada ao assumir das responsabilidades sociais exigíveis a um grande aristocrata do seu tempo.

Por essa altura, Fernão Peres de Trava terá atingido um pico de influência na corte leonesa, visto que, após a sua saída de Portugal, conseguiu agremiar as importantes tenências de Límia (1131), Trastâmara (1132 e 1145), Trasancos (1137), Monterroso (1140 e 1153), Deza (1144), Lemos (1146) e Sarria (1146)<sup>308</sup>, bem como a titulação de conde de Trastâmara, Trava e, até, de toda a Galiza (entre 1140 e 1147)<sup>309</sup>. Ainda alavancado pela sua colácia em relação a Afonso VII, tornou-se também aio do infante D. Fernando (futuro Fernando II de Leão), por volta de 1149<sup>310</sup>. Revitalizando a sua essência guerreira, fez também parte de uma enorme campanha castelhana-leonesa contra Córdova (1150)<sup>311</sup>. No seguimento da sua segunda peregrinação à Terra Santa

---

<sup>305</sup> Torres Sevilla-Quiñones de León (1999, esquema genealógico Castro I, p. 81). Sobre os Fláinez veja-se Martínez Sopena, (inédito), e *idem* (1990, pp. 51-84).

<sup>306</sup> Pardo de Guevara y Valdés (2000, vol. I, p. 95, nota 160).

<sup>307</sup> Barton (1997, p. 154).

<sup>308</sup> *Ibidem*, pp. 241-242.

<sup>309</sup> Torres Sevilla-Quiñones de León, 1999: 335.

<sup>310</sup> Recordamos que os laços estabelecidos entre Fernando II e a família do seu aio se estenderam muito para lá da vida de Fernão Peres, pois a sua filha Teresa Fernandes – senhora que, tal como Sancha Fernandes, nascera da sua relação com a rainha D.<sup>a</sup> Teresa – acabaria por se tornar esposa deste monarca (1178), após um longo casamento com Nuno Peres de Lara (que se estendeu de 1154 a 1177) – Barton (1997, p. 269). O parentesco estabelecido pelos Trava com as famílias reais de Portugal e Leão também propiciariam a ascensão social de algumas famílias com eles aparentadas. Sobre este assunto, veja-se o caso específico do Lima, analisado por García Álvarez (1966, pp. 25-41).

<sup>311</sup> Fernão Peres de Trava não foi o único protagonista galego das campanhas andaluzas dos últimos anos de reinado de Afonso VII, sendo de presumir, portanto, a existência de uma adesão colectiva da aristocracia galega aos projectos expansionistas do imperador. Outro caso bastante ilustrativo desta conjuntura social é o de Fernão Anes de Montor, personagem muito próximo de Gelmires e dos Trava que, devido aos seus feitos de armas durante o assédio castelhana-leonês a Montoro, se tornou tenente desta praça entre 1149 e 1154 – Souto Cabo (2012, p. 241).

(1153), terá entrado num processo de decadência física, resultante na sua morte em 1155<sup>312</sup>.

Com efeito, a alusão à investidura de Fernando Rodrigues de Castro por Fernão Peres de Trava torna-se plenamente plausível, na medida em que *o Castelhana* se encontrou desprovido de apoio paterno numa fase de afirmação social (1145-1150, *grosso modo*). Nesse sentido, a relação simbólica estabelecida através do apadrinhamento do conde de Trava seria um complemento ideal à protecção que terá recebido do seu poderoso tio, Guterre Fernandes de Castro<sup>313</sup>, facultando-lhe uma via de comunicação privilegiada com o futuro rei de Leão (Fernando II), que, por essa altura, também estaria a completar a sua educação marcial dentro da casa de Fernão Peres.

Atendendo a esta conjuntura, a participação do Trava na investida de 1150 contra Córdova não parece ser inocente, na medida em que, para além de provar a sua eterna e inquebrantável fidelidade a Afonso VII, dar-lhe-ia também a oportunidade de supervisionar os primeiros feitos de armas dos seus «pupilos», ou seja, dos jovens aristocratas que gozavam os favores da sua casa – neste caso, o Infante D. Fernando e Fernão Rodrigues de Castro<sup>314</sup>.

Naturalmente, a morte de Afonso VII e subsequente divisão dos reinos de Castela e Leão (em 1157) colocariam à prova as fidelidades das grandes famílias, que como os Trava, Lara ou Castro, criaram laços sociais trans-regionais, quer dentro do Ocidente Peninsular quer com as linhagens dos magnates asturianos, catalães, aragoneses e navarros, que, desde os tempos de Afonso I, *o Batalhador*, e de D.<sup>a</sup> Urraca, afluíram à corte leonesa<sup>315</sup>.

---

<sup>312</sup> Torres Sevilla-Quiñones de León (1999, p. 336).

<sup>313</sup> *Vide* nota 109. Curiosamente, Guterre Fernandes de Castro também terá aderido rapidamente aos paradigmas da sociedade cavaleiresca, já que, segundo a *De Rebus Hispaniae*, este magnate terá investido cerca de 500 cavaleiros ao longo da sua carreira – Barton (1997, p. 48). A identidade do «padrinho» de Guterre Fernandes é-nos desconhecida; porém, é possível que tenha sido investido ora por um membro da família real (começando pelo próprio rei) ora por um magnate da sua parentela mais próxima (como Fernão Peres de Trava).

<sup>314</sup> Se a nossa hipótese estiver correcta, podemos estar perante a curiosa coincidência de os Trava (Pedro Froilaz e Fernão Peres) poderem ter servido, na qualidade de aios e educadores, quer os descendentes de Afonso VI quer a prole de Garcia II. Se, por seu lado, Pedro Froilaz criou Afonso Raimundes (Afonso VII), Fernão Peres poderá ter sido, por sua vez, uma espécie de «padrasto» para D. Afonso Henriques (devido à sua relação com D.<sup>a</sup> Teresa), depois aio de Fernando II (bisneto de Afonso VI) e também padrinho de investidura de Fernão Rodrigues de Castro, personagem que, ao ser filho de Rodrigo Fernandes de Castro e neto de Fernando Garcia de Hita, poderá ter sido, portanto, bisneto de Garcia II da Galiza, irmão deposto por Afonso VI. Note-se também que da união entre D.<sup>a</sup> Teresa e Fernão Peres de Trava nasceram duas filhas, Sancha e Teresa Fernandes, sendo que esta última, também ela neta de Afonso VI, acabou por se casar em segundas núpcias com um bisneto do seu avô, na pessoa de Fernando II de Leão – dando, assim, alguma solidez a esta rede de parentescos carnis e de relações sociais íntimas, cujos Trava foram os principais obreiros (com o propósito de garantir o seu estatuto dentro e fora da Galiza, bem como um certo sentido de soberania na região que dominavam).

<sup>315</sup> Sendo de assinalar vários casos de continuidade, como aqueles estudados por Calderón Medina (2007, pp. 343-374).

Porém, a morte precoce de Sancho III (1158) acabaria por imergir Castela numa autêntica guerra civil entre os Castro e Lara, pela tutela de Afonso VIII, não sendo, por isso, de estranhar que Fernão Rodrigues tenha escolhido regressar ao sistema de alianças que forjara na sua juventude, servindo fielmente Fernando II.

Fernão Rodrigues de Castro chegou à corte leonesa em 1160, lugar onde terá ganho a alcunha de *o Castelhana* e onde, desde cedo, terá alcançado grandes façanhas militares<sup>316</sup>. Nesse ano, tomou a dianteira das tropas leonesas na grande batalha de Lobregal (Terra de Campos), contra as hostes de Afonso VIII, caudilhadas pelos Lara. Para além de ter aprisionado Nuno e Rodrigo Peres de Lara<sup>317</sup>, acabou por matar o seu primeiro sogro, o conde leonês Osório Martins (Fláñez), que, à semelhança deste seu genro, tinha escolhido trocar de fidelidade (e exilar-se em Castela)<sup>318</sup>. No rescaldo de Lobregal, ter-se-á separado de Constança Osório e depois casado com a sua prima Estevaínha Afonso – filha ilegítima de Afonso VII e Urraca Fernandes de Castro, sua tia –, de quem teve Martim e Pedro Fernandes de Castro<sup>319</sup>.

Em 1164, voltaria a terçar armas contra os Lara, na batalha de Huete (Cuenca), onde mataria o conde Manrique Peres de Lara, principal magnate da corte castelhana e grande rival do *Castelhana* e de seu tio Guterre Fernandes de Castro<sup>320</sup>. Como recompensa pelos seus feitos militares, tornou-se mordomo de Fernando II (1162-1165), tenente de Leão (1171), das torres de Leão (1174 e 1177) e de Benavente (1174-1177). E, após uma breve passagem por Marrocos (1167), acumulou ainda as tenências de Mayorga, Castroverde, Villalpando, Bolaños e, um ano antes de morrer (1184), foi também tenente das Astúrias<sup>321</sup>.

---

<sup>316</sup> Facto que, num certo sentido, enobrece (e justifica) o discurso retórico que os nobiliários portugueses produziram em torno da sua investidura, colocando Fernão Peres de Trava na pele do principal obreiro da construção da identidade guerreira do grande Fernão Rodrigues de Castro.

<sup>317</sup> Episódio que terá inspirado a passagem LD19A3, que identifica uma dupla vitória de Fernão Rodrigues contra o conde Nuno de Lara – e não uma única vitória contra os dois irmãos desta família.

<sup>318</sup> Torres Sevilla-Quiñones de León (1999, p. 91), e Barton (1997, p. 154). Para além das mudanças de fidelidade operadas por Osório Martins entre Leão e Castela, sabemos hoje que, desavindo com Afonso VII, também terá passado algum tempo em Portugal, onde deixou descendência – através dos senhores de Cabreira e Ribeira (sobre este assunto veja-se Calderón Medina e Ferreira, 2013, pp. 123-152).

<sup>319</sup> Principal herdeiro do prestígio e património castelhana-leonês dos Castro – Torres Sevilla-Quiñones de León (1999, pp. 81-82 e 91-93).

<sup>320</sup> Barton (1997, p. 154). Julgamos que a passagem LL42X6, em que se descreve a morte de Rui Pais Taveira (Paiva), vassalo de Fernão Rodrigues de Castro, às mãos de Manrique Peres de Lara, terá por base referências a esta batalha ou à de Lobregal – se bem que, tal como referimos anteriormente (nas notas 104 e 125), nenhum indício ateste plenamente esta hipótese.

<sup>321</sup> Torres Sevilla-Quiñones de León (1999, p. 91). A partir do seu regresso de Marrocos (ou, talvez, a partir de 1169), Fernão Rodrigues dividiu fidelidades entre Leão e Castela, tornando-se simultaneamente senhor de vastos domínios nos dois reinos e favorito de ambos os monarcas (Barton, 1997, p. 154).

Curiosamente, também acompanhou Fernando II na sua batalha contra os portugueses em Badajoz (1169), tendo sido um dos beneficiários dos vastos domínios subtraídos a D. Afonso Henriques, especialmente na região de Trujillo<sup>322</sup>.

Fernão Rodrigues de Castro viria a falecer em 1185<sup>323</sup>, encerrando uma vida de enormes feitos militares, iniciada, provavelmente, sob os auspícios de Fernão Peres de Trava e ao lado de um jovem Fernando II, seu futuro senhor natural<sup>324</sup>.

### **Pero Arazo de Aragão**

Das três personagens investidas por Fernão Peres de Trava, Pero Arazo de Aragão será, certamente, aquela que levanta maior dificuldade na sua identificação. Até porque o *Livro de Linhagens* lhe atribui um patronímico deveras invulgar: *Arazo*. Sem qualquer indício de corrupção ou deturpação de um nome existente no léxico aragonês ou catalão, *Arazo* prefigura-se, portanto, como uma alusão a um topónimo, que, dada a sua integração na onomástica, poderá ter sido o senhorio principal desta figura<sup>325</sup>. Seguindo esta lógica, em associação à sua naturalidade aragonesa, podemos concluir que o topónimo mais provável será o de Arroso<sup>326</sup>, na província de Huesca (Aragão).

Em certo sentido, esta dedução ganha maior densidade quando verificamos que a nobreza de Huesca ganhou um lugar de destaque, bastante nefasto, na crónica medieval aragonesa, devido ao incidente conhecido como a «Campana de Huesca».

Um dos mais eloquentes testemunhos sobre este episódio encontra-se na famosa *Crónica de San Juan de la Peña*, composta aproximadamente entre 1369 e 1372, talvez

---

<sup>322</sup> *Ibidem* – praça ganha por Geraldo, Sem Pavor, em 1165 (Mattoso, 2006, p. 217). Note-se ainda que, na *IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra* (Cruz, ed., 1968, pp. 144-145), se aponta que foi o próprio Fernão Rodrigues de Castro a aprisionar D. Afonso Henriques, após o seu choque com o ferrolho das portas de Badajoz. O tom moralista deste relato, que relaciona a derrota de 1169 com o «pecado» de D. Afonso Henriques em ter aprisionado a sua própria mãe (após S. Mamede), deixa perceber uma certa linha discursiva similar àquela presente nas fontes da obra do Conde D. Pedro e do *Livro do Deão*, pois, ao se atribuir ao *Castelhano* este feito, coloca-nos perante uma remissão (indirecta) à vida de Fernão Peres de Trava, que, para além do túmulo, via ser feita justiça à memória e vida de D.<sup>a</sup> Teresa, pela mão de um «pupilo» seu – cujo laço social se encontra testemunhado em ambos os nobiliários.

<sup>323</sup> Barton (1997, p. 154).

<sup>324</sup> Algures entre 1145 e 1150.

<sup>325</sup> Veja-se o caso do patriarca dos Silva, D. Guterre «Alderete» da Silva (LD18A1), que, em vez do seu patronímico, é descrito declaradamente através de um topónimo certamente correspondente ao senhorio primordial dos Silva (seja ele um lugar do mesmo nome junto à torre da Silva, no antigo julgado de Froiã – Mattoso (1995 [1985], vol. I, p. 138) –, ou, talvez, um topónimo leonês), podendo descartar-se por completo as observações de Salazar e Castro, que, nas *Provas Genealógicas da Casa da Silva*, defende amiudadamente uma ascendência nos velhos Sívios romanos e num infante leonês de nome Alderedo. Em LD18A2 alude-se também a um caso singular no campo da onomástica, relativo ao irmão da sua nora, Teresa Anes, filha de João Ramires e esposa de D. Paio Guterres da Silva. Falamos de Fernão Anes de Montor, que, apesar das suas origens galegas (na zona de Toronho), ostenta no seu nome o senhorio efémero da praça meridional de Montoro, onde se tornou herói da sua conquista aos muçulmanos – vide nota 119.

<sup>326</sup> Que implica, necessariamente, um pequeno equívoco na transmissão textual, trocando-se «Aroso» por «Arazo».

com o propósito de servir de preâmbulo a uma crónica mais ampla sobre o reinado de Pedro IV de Aragão. Originalmente redigido em latim, este texto historiográfico terá tido tradução quase simultânea para aragonês e catalão, gerando três linhas distintas de transmissão textual, que, actualmente, foram editadas, principalmente, com base ou em confrontação com os testemunhos latinos. A *Crónica de S. Juan* teve como fontes primordiais a *De Rebus Hispaniae*, a *Crónica de los Estados Peninsulares* e a *Gesta Comitum Barchinonensium*<sup>327</sup>.

No seu capítulo XX<sup>328</sup>, dedicado exclusivamente aos feitos de Ramiro II de Aragão, irmão e sucessor de Afonso I, *o Batalhador* (falecido em 1134, sem descendência), reproduz-se a imagem de um reino de Aragão refém dos desmandos de uma aristocracia (maioritariamente de origem navarra e, até, aragonesa...) subsidiária dos interesses da coroa e estados feudais franceses<sup>329</sup>, à qual o novo rei tinha que impor a sua lei<sup>330</sup>. Primeiramente, o capítulo descreve as cortes de Borja, onde navarros e aragoneses apresentaram candidatos distintos à coroa: Pedro Atares e, depois, o Infante Garcia Sanches de Navarra, no caso dos navarros, e o Infante D. Ramiro, *o Monge* (futuro Ramiro II), pelos aragoneses. Segundo a crónica, os navarros nutriam desconfianças em torno das futuras relações entre Ramiro II e Afonso VII e sobre as suas qualidades de liderança régia – já que este fora monge beneditino –, lançando um pleito na cúria papal e estimulando a desordem social. Estratégia que, contudo, não surtiu qualquer efeito, sendo Ramiro II aclamado pelos magnates aragoneses<sup>331</sup>. De seguida, surgiram imediatamente os primeiros sinais de dissensão entre a própria aristocracia aragonesa, que «fazían guerras entre si mismos en el regno et matavan et robavan las gentes del regno»<sup>332</sup> – certamente já em 1134-1135.

Acossados pelas missivas e instruções do monarca, apelando ao respeito pelas leis e pela ordem pública, um grupo de ricos-homens levantou-se em Huesca contra Ramiro II, que, arditosamente, terá montado uma cilada aos seus líderes, assassinando-os, um por um, durante uma audiência privada na sua câmara:

---

<sup>327</sup> Estas e outras informações encontram-se na apresentação da edição crítica da versão aragonesa da *Crónica de San Juan de la Peña* de Carmén Orcástegui Gros – Orcástegui Gros (ed., 1985, pp. 419-569) –, que iremos utilizar.

<sup>328</sup> *Ibidem*, pp. 465-474.

<sup>329</sup> A exemplo de Afonso VI, Afonso I de Aragão atraiu para o seu séquito vários nobres francos, que se integrariam muito rapidamente no estamento nobiliárquico navarro e aragonês. Sobre este assunto veja-se Laliena Corbera (2000, pp. 149-170).

<sup>330</sup> Escusando-nos de comparações ou análises exaustivas (e, de certo modo, laterais), chamamos a atenção para o facto de que esta linha discursiva em torno de Ramiro II é plenamente concordante com a tradição historiográfica catalã anterior, que, com o propósito de enaltecer a obra de Ramón Berenguer IV e dos seus sucessores – bem como da alta aristocracia catalã que os serviam –, descreve este reinado como um período charneira para uma nova ordem social.

<sup>331</sup> Orcástegui Gros (ed., 1985, pp. 465-468).

<sup>332</sup> *Ibidem*, p. 468.

Et quando fueron en Huesca, fizo el rey parellar ciertos et secretos hombres en su cambra armados que fiziessen lo quél les mandaria. Et quando venían los ricos hombres, mandavalos clamar uno a uno a consello et como entravan, así los mandava descabeçar en su cambra; pero clamava aquellos que le yeran culpables, de guisa que XIII ricos hombres et otros cavalleros escabeçó ante que comies, et avría todos los otros cavalleros así mesmo descabeçados sinon por qual manera que fue que lo sintieron que yeran de fuera et fuyerno; de los quales muertos ende había los V que yeran del linaje de Luna, Lop Ferrench, Rui Ximenez, Pero Martinez, Ferrando et Gomez de Luna, Ferriz de Liçana, Pero Vergua, Gil d'Atrosillo, **Pero Cornel**, García de Bidaure, García de Penya et Remón de Fozes, Pero de Luesia, Miguel Azlor et Sancho Fontova cavalleros. Et aquellos muertos, no podieron los otros a ver que yeran foydos, sosegó su regno en paz.<sup>333</sup>

Apesar de ostentar uma certa verosimilhança, hoje sabemos que, a ter acontecido, o destino dos intervenientes na estória da «Campana de Huesca» estaria intimamente relacionado com uma ofensiva coordenada – e não sancionada pela coroa – contra elites mercantis e sociais muçulmanas, durante um período de tréguas. Tão cruel justiça serviria, ao mesmo tempo, de punição pública exemplar dos infractores – demonstrando o tipo de domínio que poderia exercer sobre a grande aristocracia – e de mecanismo político conducente à rápida afirmação da autoridade de Ramiro II<sup>334</sup>. Lembremo-nos que a visão politizada da historiografia medieval catalã e aragonesa deve ser sempre matizada pela consciência de que, até ao consulado de Ramón Berenguer IV, o reino de Aragão sofreu uma rápida expansão territorial, geradora de um complexo sistema feudal, onde famílias de origens muito distintas (Aragão, Navarra, Catalunha, Castela e, até, de Portugal<sup>335</sup>) lutaram pela supremacia fundiária, social e política<sup>336</sup>.

Deste lote de *seniores* sobressai naturalmente Pero Cornel, antepassado longínquo de Maria Ximenes Coronel, segunda esposa do Conde D. Pedro de Barcelos, presumível autor intelectual do acrescento de «Arazo» à lição migrada do *Livro do Deão* (apenas *Pero de Aragão*). Através destas informações, podemos presumir, portanto, que D. Pedro terá tido acesso às mesmas fontes utilizadas pela *Crónica de San Juan de la Peña*, cruzando dados com a passagem do *Livro do Deão* e com o seu próprio conhecimento da complexa genealogia da família Cornel.

No entanto, em nenhuma parte do nobiliário surge uma distinção clara entre estes Cornel aragoneses e os Coronel galego-portugueses, sendo que apenas em LL37D5 se alude directamente à estrutura genealógica desta primeira família. Segundo esta lição,

---

<sup>333</sup> *Ibidem*, p. 469 (sublinhado isso).

<sup>334</sup> Para mais detalhes sobre a narrativa da «Campana de Huesca» veja-se Ubieto Arteta (1979).

<sup>335</sup> Num momento mais tardio, principalmente com a conquista do reino de Valência – David (1989, pp. 1029-1041).

<sup>336</sup> Sobre este vasto tema veja-se, por exemplo: Lacarra (1968, pp. 485-519); Ubieto Arteta (1973), e *idem* (1977, pp. 7-54); Laliena Corbera (1993, vol. I, pp. 553-585); Stalls (1995); e Utrilla Utrilla (1998, pp. 167-197).

Maria Rodrigues de Celanova, filha de Rui Vasques de Celanova e de Toda Palazim, casou com um fidalgo aragonês (talvez nos inícios do século XIII), dando origem aos Urrea, Coronel (aragoneses) e Cardona, através de Simão de Urrea, Pero Coronel, Raimundo Cardona e Berengária de Cardona, esposa de Gonçalo Anes de Aguiar, *o Velho*.

O candidato mais provável a este matrimónio será Jimén de Urrea (I), de quem Maria Rodrigues teve, pelo menos, cinco filhos: Jimén, Pedro, Sancha, Guilherme e Eva. Estes laços familiares encontram-se documentados em 1249, altura em que Maria Rodrigues, já viúva, transmitiu a Gil de Urrea os seus senhorios familiares. Anos mais tarde, em 1308, Raimundo de Cardona, neto desta senhora, viria a Portugal reclamar a parte da sua avó no couto de Santa Clara de Entre-os-Rios. Por sua vez, o Pero Coronel acima aludido também seria neto de Maria Rodrigues (por via feminina), visto que foi sobrinho de Jimén de Urrea (II). Este Pero Coronel fez parte da hoste que o Infante D. Afonso de Castela e Leão (futuro Afonso X) trouxe consigo para Portugal, durante a guerra civil de 1245-47<sup>337</sup>.

A relação destes Cornel com a corte permitiu a constituição de laços mais duradouros, reforçados, talvez, pelo casamento de D. Dinis com a rainha Santa Isabel, que, certamente, terá apoiado a união do seu enteado com Maria Ximenes Coronel.

Apesar de existirem algumas semelhanças onomásticas – potenciadas pelo aportuguesamento de Cornel para Coronel e pela recorrência do nome Pedro –, os Coronel descritos no título XLI do *Livro de Linhagens* não apresentam qualquer relação com esta estirpe aragonesa, documentando-se principalmente na fronteira galaicominhota. Descendentes directos da união entre Pero Coronel e Justa Pais, filha de Paio Guterres (da Silva?) e de Ousenda Ermiges Aboazar, filha do infanção Ermígio Aboazar da Maia, os Coronel galego-portugueses atingiram o seu pico de influência territorial em meados do século XIII, sendo alvo de assinaláveis lacunas documentais ao longo do século XII. Segundo o *Livro de Linhagens*, Pero Coronel e Justa Pais terão sido pais (ou avós) de Egas Pires Coronel e de Pero Pires Coronel. Do primeiro vieram os senhores do couto de Sequeira (Braga), através de Martim Viegas de Sequeira (marido de Sancha Pires da Veiga, filha de Pero Pires Gravel), de Raimundo Viegas de Sequeira (pai de Estêvão Raimundes de Sequeira), de Maria Raimundes de Sequeira (mulher de Afonso Pires Ribeiro) e de Mor Viegas de Sequeira (esposa de João Henriques de Portocarreiro).

Abundantemente documentado nas inquirições de 1220, 1258, 1288 e, até, de 1307-11<sup>338</sup>, Pero Pires Coronel foi pai de Mem Pires Coronel<sup>339</sup>, esposo de Maria Anes

---

<sup>337</sup> Os dois últimos parágrafos são subsidiários de Calderón Medina (2013, pp. 634-635).

<sup>338</sup> Em Ardegão, c. de Ponte de Lima (*Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones, 1888-1977*: inq. de 1220, p. 129 [a partir de agora: PMH-Inq. 1220 e PMH-Inq. 1258]; *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones, Nova Série, Vol. IV/1: Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288 e Sentenças de 1290 e Execuções de 1291*, [ed. de José Augusto de Sottomayor-Pizarro, 2012], pp. 359-360 [a partir de agora: PMH-Inq. 1288]; ANTT, *Inquirições de D. Dinis*: livro VI, fol. 40v), e Cossourado, c. de Barcelos (PMH-Inq. 1258, p. 322).

<sup>339</sup> Fidalgo documentado em Santa Maria da Torre, c. de Amares (PMH-Inq. 1258, p. 427).

Redondo (de quem teve uma filha), e de João Pires Coronel<sup>340</sup>, pai de Gonçalo Anes Coronel, o *Velho*<sup>341</sup>, esposo de Maria Fernandes Batissela, filha de Fernão Gil Batissela e de Sancha Fernandes de Talhamancos<sup>342</sup>. Gonçalo Anes foi pai de Fernão Gonçalves Coronel e de Maria Gonçalves Coronel, esposa de Martim Gonçalves de Portocarreiro. Do casamento de Fernão Gonçalves com Sancha Vasques da Cunha nasceu Maria Afonso Coronel, esposa do castelhano Afonso Pires de Gusmão<sup>343</sup>.

Estruturalmente são e perfeitamente documentáveis<sup>344</sup>, a reconstituição familiar deste título é incomparavelmente diferente daquela atribuível aos seus homónimos aragoneses, cuja genealogia se encontra razoavelmente fixada em vários nobiliários desde os inícios da época moderna<sup>345</sup>.

Os ascendentes do nosso Pedro *Arazo* de Aragão remontam ao século XI, altura em que um rico-homem chamado Gastón de Biel participou na batalha de Alcoraz (perto de Huesca), em 1096, fazendo parte das hostes de Pedro I de Aragão, e tendo servido depois Afonso I, em 1114<sup>346</sup>. Dele nasceu Fortún Garcés de Biel, senhor e tenente de Huesca em 1097. Deste último terão nascido D. Pedro (ou Pere) e D. Ximeno (ou Jimén) Cornel, ricos-homens que, segundo os nobiliários, foram vassallos de Afonso II (1180) e de Pedro II de Aragão (1196) – sendo que Ximeno foi mordomo deste último soberano. A carreira de Ximeno Cornel foi pautada por vários sucessos bélicos, no assédio a Aldamuz (Valência, em 1207), na batalha de Úbeda/Muradal (de 1212, conjuntamente com os castelhanos)<sup>347</sup> e, até, no conflito em que morreu Pedro II. Intercedeu junto ao Papa nos pleitos que envolveram a menoridade de Jaime I e, em 1215, emprestou ao reino a enorme soma de 3500 maravedis afonsinos, recebendo em troca as vilas de Murillo, Luesia, Tauste e Pina. Membro do conselho de Jaime I, desde a sua menoridade, presenciou o seu casamento em 1221. D. Ximeno terá casado com D.<sup>a</sup> Sancha de Estada, de quem teve descendência.

---

<sup>340</sup> Também identificado em Ardegão, c. de Ponte de Lima (PMH-Inq. 1220, p. 129, e PMH-Inq. 1258, p. 324).

<sup>341</sup> Que teve bens em Verdoejo, Fontoura (Valença), Infesta (Paredes de Coura), Panque (Barcelos) e Ardegão (Ponte de Lima) – PMH-Inq. 1288, pp. 85-86, 91-92, 127-128, 351 e 360; ANTT, *Inquirições de D. Dinis*: livro VI, fol. 40v.

<sup>342</sup> LD20C4.

<sup>343</sup> A julgar por documentação de 1336 e 1342, parece-nos provável que tenha sido esta última geração a responsável pela alienação do couto de Cardielos aos Azevedo – Sottomayor-Pizarro (1999, vol. I, p. 323).

<sup>344</sup> Com exceção para o século XII.

<sup>345</sup> Como, por exemplo, em «Linajes de Nobles e Infanzones del reino de Aragón y sus descendencias», de D. Juan Matías Estevan y Eraso (1564-1631), que seguiremos – Nicolás-Minué Sánchez (ed., 2018, pp. 188-193).

<sup>346</sup> Que, nesta fonte, é identificado equivocadamente como «Imperador», ou seja, por troca com Afonso VII.

<sup>347</sup> Campanha também identificada na *Crónica de San Juan de la Peña* – Orcástegui Gros (ed., 1985, p. 498).

Quanto a Pedro Coronel, sabemos que serviu na corte de Pedro II e que se casou com Teresa de Urrea, irmã do já referido Ximeno (Jimén) de Urrea (I), tendo sido pai de um novo Pedro Cornel<sup>348</sup> e de Sancha Peres Coronel, esposa de Pedro Ahones. Este último Pedro Cornel casou com Urraca Artal de Luna, de quem teve Ximeno (Jimén) Cornel, pai de D.<sup>a</sup> Maria Ximenes Cornel (Coronel), segunda esposa do Conde D. Pedro de Barcelos<sup>349</sup>.

Por força da constante repetição dos nomes Pedro e Ximeno entre os Coronel, julgamos existir uma lacuna geracional, correspondente a um Pero Coronel que terá tido vida pública durante o segundo e terceiro quartel do século XII, provável filho de Fortún Garcés (senhor de Biel, junto a Saragoça) e, portanto, verdadeiro pai dos irmãos Pero Coronel e Ximeno Coronel, grandes protagonistas da alta política aragonesa de finais do século XII e inícios do século XIII<sup>350</sup>. A sua aparição em 1134-35 entre os protagonistas da narrativa da «Campana de Huesca» sugere, pelo menos, um claro antagonismo em relação ao mando aragonês de Ramiro II, sendo que, no seu caso, o desfecho não terá sido completamente verídico, pois, se tivesse sido, nunca teria existido a continuidade biológica necessária até Pero e Ximeno.

Com efeito, julgamos que, para além de ter sido vítima da já referida homonímia, o nosso Pero Coronel (I), senhor de Arroso (em Huesca), poderá ter vivido boa parte da sua vida no Ocidente Peninsular, entre o séquito de Armengol de Urgel<sup>351</sup>, de Ponce de

---

<sup>348</sup> Apesar de ter sido sobrinho de Jimén de Urrea (I) e de ter vivido nas décadas centrais do século XIII, não estamos certos de que seja este o cavaleiro que acompanhou o Infante D. Afonso de Castela (Afonso X) na sua participação na guerra civil portuguesa de 1245-47, sendo o seu filho homónimo (Pedro Cornel) um candidato igualmente provável (dada a sua carreira na segunda metade do século XIII). E, caso Pedro Cornel tenha casado com uma das filhas de Maria Rodrigues de Celanova e de Jimén de Urrea (I), este segundo Pedro Cornel seria, portanto, sobrinho-neto de Jimén de Urrea (I) e sobrinho do seu filho homónimo (Jimén de Urrea II). Embora, ambas as hipóteses sejam plausíveis, a constante homonímia dos aristocratas destas duas famílias dificulta profundamente uma escolha acertada – se bem que este último Pedro Cornel ficou conhecido pelas suas desnaturalizações, chegando a tomar a dianteira numa revolta aristocrática (pró-navarra) da alta nobreza aragonesa (1263-1265) – Utrilla Utrilla, 2009: 210. Não sabemos também qual destes Pedros Cornel terá participado, conjuntamente com os Urrea, numa batalha que opôs a hoste do infante D. Pedro de Aragão (irmão de Jaime I) a Fernando III de Castela e ao rei de Portugal, em plena fronteira castelhana-leonesa (Orcástegui Gros, ed., 1985, pp. 541-542).

<sup>349</sup> Estes e outros dados genealógicos encontram-se em Nicolás-Minué Sánchez (ed., 2018, pp. 188-190).

<sup>350</sup> Utrilla Utrilla (2009, pp. 205 e 208-209).

<sup>351</sup> Filho de Armengol VI de Urgel e de Ermesenda de Cabrera, Armengol VII foi marido de Dulce de Foix, de quem teve Armengol VIII de Urgel, Marquesa e Milagre. A sua longa vida (1132-1184) ficou marcada pela mudança para a corte leonesa, onde teve uma ascensão meteórica: mordomo por diversas vezes (1167-1173, 1175 e 1179-1184); tenente das Astúrias de Oviedo (1171), Noreña (1171), Límia (1170-1173), Monterroso (1170), Toronho (1170), das torres de Leão (1170), Villafranca del Bierzo (1170), Mayorga (1172), Zamora (1170), Toro (1168), Villalpando (1184), Benavente (1184), Salamanca (1181 e 1184), Ledesma (1175 e 1177) e da Extremadura (desde 1167). Ganhou da coroa leonesa o senhorio de Alcântara (1167), bens em Almenarilla e Santa Cruz (1181) e a vila de Barruecopardo, em Ledesma (1181) – para mais detalhes sobre a sua vida veja-se Barton (1997, pp. 233-234); Calderón Medina (2011, pp. 498-499); e Martín Rodríguez (2002, pp. 15-31).

Minerva<sup>352</sup> ou de Ponce Guerau de Cabrera<sup>353</sup>, magnates catalães das cortes de Afonso VII e Fernando II.

Tendo em conta o segundo casamento de Ponce Guerau com Maria Fernandes de Trava, filha de Fernão Peres de Trava e de Sancha Gonçalves, por volta de 1142<sup>354</sup>, podemos concluir que o candidato mais provável a senhor do nosso *Pedro de Arago de Aragão* (Cornel) será justamente Ponce Guerau.

Assim sendo, e a ter acontecido, a sua investidura por Fernão Peres de Trava terá ocorrido algures entre 1134 (data provável do incidente da «Campana de Huesca») e 1142 (momento em que a aliança entre as casas de Trava e Cabrera já se tinha consumado), assumindo-se como um mecanismo complementar à inserção de Pedro Cornel no contexto social galaico-leonês<sup>355</sup>.

Pedro Cornel terá voltado a Aragão, certamente após as mortes de Ponce Guerau e de Fernão Peres, dando continuidade à sua linhagem nas figuras de Pedro Cornel (II) e de Ximeno Cornel.

#### d) Uma «Genealogia» do Ritual de Investidura

---

<sup>352</sup> Senhor de Minervois (originário do Languedoc), chegou ainda menor a Leão (como parte do séquito da rainha D.<sup>a</sup> Berengária), tendo sido educado pela Infanta D.<sup>a</sup> Sancha Afonso, irmã de Afonso VII. Sabemos que casou com Estevaíña Ramires, de quem teve Maria, Ramiro e Sancha Ponce. Em Leão e Castela, a sua carreira decorreu entre 1140 e 1175: em Leão, foi conde (a partir de 1164); mordomo (1169); alferes (1140 e 1161); tenente de Cea (1152), Gatón (1155), Mayorga (1155), das torres de Leão (1157 e 1161) e de Leão (1148 e 1168). Em Castela (onde se estabeleceu em 1169), foi mordomo (1172-1173); tenente de Boadilla (1172), Carrión (1171) e Saldanha (1170 e 1172) – entre muitas outras tenências menores. Recebeu vários bens de Afonso VII e Fernando II, tendo sido também senhor de Azaña em Castela (1171). Terá morrido em 1176 e sido sepultado no mosteiro de Sandoval, cenóbio do qual seria patrono – Barton (1997, pp. 286-287); e Calderón Medina (2011, pp. 497-498).

<sup>353</sup> Nascido por volta de 1105 e falecido em 1162, Ponce Guerau de Cabrera foi filho de Guerau II (Ponce), visconde de Girona e Urgel e senhor de Cabrera, e de D.<sup>a</sup> Elvira Peres, possível filha do conde Pedro Ansúrez (Carrión). Tal como Ponce de Minerva, terá chegado a Leão em 1129, como parte do séquito da rainha D.<sup>a</sup> Berengária. Logo nesse ano, começou a receber importantes tenências, como Ulver e Zamora, tendo ostentado o título de príncipe de Zamora entre 1129 e 1159. Foi também tenente de Toro (1153 e 1158), Malgrad (1159), Almería (1147 e 1154), Astorga (1154), Castrotoraf (1140), Castroverde (1161), Ledesma (1161), Melgar (1146 e 1161), Morales (1138), Salamanca (1143 e 1161), Sanabria (1132 e 1161), Villafáfila (1151 e 1156), Villafranca del Bierzo (1165), Villalpando (1146 e 1161) e Vitriales (1156). Conde a partir de 1142, alcançou o relevante cargo de mordomo régio de Afonso VII (entre 1142 e 1145, alternando com Diogo Muñoz, e entre 1146 e 1157) e, a partir de 1153, do Infante D. Fernando (futuro Fernando II), de quem também foi mordomo régio (entre 1159 e 1162). Casou por duas vezes, com D.<sup>a</sup> Sancha e com Maria Fernandes de Trava. Da primeira teve Sancha Ponce e, da segunda, Fernando Ponce, seu principal herdeiro – Calderón Medina (2011, pp. 495-496); Barton (1997, pp. 284-285); e Fernández-Xesta y Vázquez (1991).

<sup>354</sup> Barton (1997, p. 284); e Torres Sevilla-Quiñones de León (1999, p. 337).

<sup>355</sup> Resta dizer que, apesar de as cronologias propostas no título do *Livro de Linhagens* sobre os Coronel não se adequarem de nenhuma forma ao percurso dos Cornel catalães, não podemos descartar completamente a hipótese de que este nosso Pedro de Arago tenha tido duas alianças matrimoniais, deixando, portanto, duas linhas de descendência, uma na fronteira galego-portuguesa (junto aos Trava e Cabrera) e outra em Aragão (disseminada a partir de Huesca), confundindo-se ambas nos nobiliários do Ocidente Peninsular e ignorando-se a primeira na historiografia do espaço catalano-aragonês.

Os dados que temos vindo a apresentar dão à nossa passagem uma enorme verosimilhança, mesmo que esta estivesse apenas alicerçada numa leitura conjuntural das vidas públicas destas personagens e das suas parentelas – a partir de uma distância cronológica bastante assinalável. Com efeito, estamos certos de que, tal como nós, os autores dos nobiliários estariam convencidos de que o ritual de investidura dos séculos XIII e XIV teria as suas origens nos finais do século XI e inícios do XII, ignorando, porém, o papel das famílias reais do Ocidente Peninsular na sua disseminação<sup>356</sup>.

Tanto D. Raimundo como D. Henrique terão imposto aos aios dos seus filhos um conjunto de parâmetros de educação marcial, que culminariam na investidura – enquanto ritual de afirmação social e de entrada na maioridade. Apesar das teses formuladas por Torquato de Sousa Soares<sup>357</sup>, nenhum indício atesta plenamente o envolvimento da aristocracia portuguesa na promoção da investidura de D. Afonso Henriques, sem que, no entanto, isso a demita do seu papel num assentimento colectivo a este ritual – tal como a nobreza galega fizera com Afonso VII.

Próximos de ambas as famílias, os Trava ter-se-ão tornado especialmente sensíveis a esta responsabilidade social, sendo, portanto, de presumir que Fernão Peres de Trava e seus irmãos, colaços de Afonso VII, tenham sido investidos na cavalaria por D. Raimundo, permitindo uma rápida interiorização do universo simbólico que seu filho viria a aceitar. Se conjugarmos esta possibilidade com os testemunhos dos nobiliários, podemos concluir que, para além de ter assentido às duas investiduras régias, também terá feito os seus próprios cavaleiros, principalmente dentro das casas de aliados políticos conjunturais: Mendo Viegas de Sousa (aristocrata presente na corte de D. Raimundo, em 1094, e que poderá ter sido investido algures entre 1106 [ou 1116] e 1120); Pedro Cornel I (provável exilado aragonês e membro da parentela social de Ponce Guerau de Cabrera, que poderá ter sido investido algures entre 1134 e 1142); e Fernão Rodrigues de Castro (poderoso vassalo de Fernando II – pupilo e futuro genro de Fernão Peres de Trava –, que terá sido investido algures entre 1145-1150). Logicamente, podemos presumir que estes três magnates também terão feito os seus próprios cavaleiros, projectando o ritual da investidura cavaleiresca no futuro e em três geografias distintas (Portugal, Aragão-Catalunha e Castela-Leão).

Atendendo à dimensão ibérica dos nossos nobiliários, este fenómeno terá exigido aos seus redactores um exercício de coerência discursiva, na medida em que boa parte das referências a investiduras posteriores teriam que remontar, através do parentesco ou de relações sociais, a estas três linhas. Se exceptuarmos a lição sobre a implantação

---

<sup>356</sup> Em nenhum momento aludem à investidura de D. Afonso Henriques ou de Afonso VII, talvez com o intuito de alienar a monarquia das origens das práticas cavaleirescas, retirando-lhe, dessa forma, um forte elemento de primazia moral e social sobre a aristocracia. Lembremo-nos que os nossos nobiliários dos séculos XIII e XIV constituem uma reacção nobiliárquica à mundividência imposta pelas estratégias de centralização de poderes na coroa.

<sup>357</sup> Desmentidas recentemente por Mattoso (Mattoso, 2006, pp. 39-40) e que outorgam ao arcebispo Paio Mendes e a Soeiro Mendes da Maia, suposto «verdadeiro» aio de D. Afonso Henriques, a responsabilidade na preparação da sua investidura.

de Pero Arteiro (Churrichão) na Galiza<sup>358</sup>, que alude à sua condição de escudeiro e subsequente investidura (após valorosas façanhas ao serviço do cabido orensano)<sup>359</sup>, todas as demais apresentam ligações, directas ou indirectas, aos Sousa e, em menor escala, a Fernão Rodrigues de Castro.

Tal como já referimos<sup>360</sup>, na passagem LL42X6 menciona-se que Rui Pais Taveira, filho de Paio Soares Romeu de Paiva e sobrinho do célebre trovador João Soares de Paiva, usou as armas de Fernão Rodrigues de Castro numa liça mortal contra o conde Manrique Peres de Lara – talvez mimetizando, de uma forma invertida, os acontecimentos verídicos da batalha de Huete (1164), onde o *Castelhano* acabou por assassinar o seu rival –, sendo de presumir, portanto, que tivesse sido seu vassalo e, atendendo à cronologia precoce, investido pelo seu senhor<sup>361</sup>.

Segundo LV2N8 e LL42X7, seu irmão mais novo, Gonçalo Pais Taveira<sup>362</sup>, casou com Maria Rodrigues Capão, filha de Rui Fernandes Capão, judeu que viera com a sua filha de Castela e que fora investido por D. Afonso II, filho de D. Sancho, o *Velho* (D. Sancho I)<sup>363</sup>. A importância discursiva dada às origens judaicas/conversas (e castelhanas) e à investidura dentro da casa real deixa perceber que, para esta geração de Taveiras, a dignidade imposta pela «cavalaria» limparia qualquer mácula social, dando alguma consistência e antiguidade aos valores que terão absorvido de Fernão Peres de Castro.

Quanto aos Sousa, as relações parecem ser mais indirectas e tardias – até porque a investidura de Mendo Viegas de Sousa terá sido uma das primeiras no Ocidente Peninsular<sup>364</sup>. Aparentemente, Mendo Viegas deverá ter investido os seus filhos: Gonçalo Mendes de Sousa I, Soeiro Mendes de Sousa e Garcia Mendes de Sousa. Das várias relações de Gonçalo Mendes de Sousa I temos que destacar os filhos nascidos de Urraca Sanches de Barbosa e de Dórdia Viegas de Ribadouro, ou seja, Mendo Gonçalves de Sousa I e seus meios irmãos Pero Gonçalves, Elvira Gonçalves e Teresa Gonçalves, respectivamente.

Começando pela última filha, temos que assinalar o seu casamento com Vasco Fernandes de Soverosa, poderoso herdeiro de Fernão Peres Cativo, que, até ao seu exílio

---

<sup>358</sup> LL74A1.

<sup>359</sup> Pedro Arteiro surge na corte de Fernando II, logo em 1157 – Calderón Medina e Ferreira (2014, pp. 9-10).

<sup>360</sup> Vide notas 104, 125 e 128.

<sup>361</sup> Apesar de termos sérias dúvidas sobre a veracidade desta passagem, devido à cronologia precoce das batalhas de Lobregal e de Huete (onde os Castro e Lara se enfrentaram), pensamos que Rui Pais poderá ter acompanhado João Soares de Paiva no seu exílio (vide Miranda, 2004; Calderón Medina e Ferreira, 2014, pp. 12-13), dando alguma verosimilhança ao seu laço com os Castro.

<sup>362</sup> Já falecido em 1258, mas cujos bens se documentam ainda nas inquirições desse ano (Sottomayor-Pizarro, 1999, vol. I, pp. 438-439).

<sup>363</sup> Sobre os Taveiras, veja-se *ibidem*, vol. III, genealogia 4.5.4.2. Taveira.

<sup>364</sup> Vamos seguir a proposta de reconstituição de *ibidem* vol. III, genealogia 4.2. Sousa-Moela.

leonês, reuniu vários cargos e bens oriundos da casa de Sousa<sup>365</sup>. Desta união nasceu Gil Vasques de Soverosa I, que, ao casar com Maria Aires de Fornelos, antiga barregã de Sancho I, foi pai de D. Martim Gil, o *Bom*, e de D. Fernão Gil<sup>366</sup>. Segundo a passagem LD14H9, Fernão Gil, que não teve qualquer descendência, fez um total de 37 cavaleiros, seguindo, assim, a tradição social irradiada dos seus ascendentes Sousa.

Voltando à linha troncal dos Sousa, importa realçar o ramo proveniente de Mendo Gonçalves de Sousa I, já que seu filho Gonçalo Mendes de Sousa II, nascido de Maria Rodrigues Veloso (filha de Rui Peres Veloso, irmão de Fernão Peres de Trava), investiu Gonçalo Gomes de Briteiros<sup>367</sup>, irmão de Rui Gomes de Briteiros, personagem que, a furto, acabou por se casar com Elvira Anes da Maia, nascida de Guiomar Mendes de Sousa e de João Pires da Maia (filho do famoso alferes Pero Pais da Maia), ou seja, com uma sobrinha de D. Gonçalo Mendes<sup>368</sup>.

Curiosamente, a tradição marcial transmitida pelos Sousa aos Briteiros também chegaria, por vias travessas, aos herdeiros dos seus rivais braganções, os Chacim. Pois, Maria Gomes de Briteiros (irmã de Gonçalo e Rui Gomes de Briteiros) manteve uma relação ilegítima com Nuno Martins de Chacim, fidalgo que, segundo as lições LD12D6 e LL38B6, foi feito cavaleiro por Fernão Garcia de Bragança. Esta última investidura justifica-se, acima de tudo, pelos laços de parentesco e de vassalagem que uniam os Chacim aos Bragança: Nuno Martins de Chacim foi filho de Fruilhe Nunes de Bragança (filha de Nuno Pires de Bragança e de Maria Fogaça) e de Martim Pires de Chacim, tendo sido seus irmãos Álvaro Martins de Chacim, Maria Martins de Chacim e Sancha Martins de Chacim; da união ilegítima de Nuno Martins com Maria Gomes de Briteiros nasceria Rui Nunes de Chacim, marido de Aldonça Martins Tavaia, última grande herdeira dos braganções<sup>369</sup>.

Dito isto, podemos concluir que o texto dos nobiliários apresenta uma visão coerente sobre as origens da investidura cavaleiresca no Ocidente Peninsular, pois quase todos os casos por eles invocados radicam as suas origens nos Sousa e nos Castro: os Taveira, como vassalos de Fernão Peres de Castro, e todos os demais entre a parentela colateral dos Sousa de finais do século XII e século XIII (na figura de alguns Soverosa, Briteiros e Chacim). A única verdadeira exceção a este panorama seria Pedro Arteiro, que, tendo em conta o seu enquadramento galego, poderá pertencer a uma qualquer linha de investidura irradiada dos Trava ou das cortes de D. Raimundo e de Afonso VII.

---

<sup>365</sup> Calderón Medina e Ferreira (2014, pp. 14-15).

<sup>366</sup> Cf. Sottomayor-Pizarro (1999, vol. III, genealogia 4.13. Soverosa).

<sup>367</sup> LD6AU7.

<sup>368</sup> Sobre o rapto de Elvira Anes, veja-se a compilação de artigos de Miranda (1996).

<sup>369</sup> Conjugamos os dados de Sottomayor-Pizarro (1999, vol. III, genealogias 4.3. - Bragança, 4.3.1. - Chacim e 4.11. - Briteiros).

## Conclusões

Para além da filiação óbvia da passagem LL13B2 na lição LD19A2, sabemos agora que ambas radicam a sua origem na linha de transmissão textual procedente da cópia de Lousada do *Livro do Deão*, já que, ao contrário da linha de A1, todos os demais testemunhos (P, A2 e C) apresentam a figura do conde D. Mendo, o *Sousão*, entre os cavaleiros investidos por Fernão Peres de Trava. Existem, contudo, outras lições comuns aos dois nobiliários onde, de facto, a sua filiação remonta à linha de A1 – como em LD6AU9 e LL38S10, referente à morte de Rui Nunes de Chacim a serviço dos Lara –, e não à cópia de Lousada. Tal situação pode ser explicada de duas formas: pelo uso simultâneo de duas versões distintas do *Livro do Deão* durante a redacção do *Livro de Linhagens* ou pela utilização de textos diferentes por D. Pedro e, posteriormente, pelos refundidores do seu nobiliário, os Pereira.

O único indício que justifica e, em certa medida, valoriza a segunda hipótese está relacionado com o facto de a nossa passagem se localizar no título XIII do *Livro de Linhagens*, dedicado aos Trava, e onde os Pereira os tentaram vincular às origens da casa real portuguesa. Sendo assim, a passagem do título 38 do *Livro de Linhagens* encarnará o uso de passagens do *Livro do Deão*, provenientes de um texto da linha de A1, numa parcela do nobiliário menos intervencionada, enquanto a lição do título 13 representará o uso de excertos do *Livro do Deão*, oriundos de um texto da família da cópia de Lousada, numa parte da obra do Conde mais «refundida» pelos Pereira.

Por outro lado, a própria tradição editorial do *Livro do Deão* ajudou a ocultar o relevo discursivo e historiográfico da alusão a estas investidas cavaleirescas de Fernão Peres de Trava, já que, mesmo tendo usado a edição de Caetano de Sousa – onde se edita um texto proveniente da linha de Lousada, confrontando-o com o manuscrito dos *Carmelitas* –, Herculano acabou por excluir da sua edição do *Livro do Deão* a única variante conhecida desta passagem naquele tempo, retirando, assim, D. Mendo do texto fixado nos *Portugaliae Monumenta Historica*.

Por sua vez, Mattoso e Piel trabalharam as variantes provenientes de Caetano de Sousa apenas com base na edição de Herculano, pelo que também excluíram o conde D. Mendo da lista das variantes do seu texto. Neste caso específico, importa assinalar que, ao contrário de outras passagens, onde se tomaram opções reconstrutivas com base na confrontação com o *Livro Velho* e com o *Livro de Linhagens*, estes editores não usaram LL13B2 para completar a lição de LD19A2.

No base deste equívoco plurissecular estaria um mero salto «do mesmo ao mesmo» (cavaleiro ... cavaleiro), vertido no manuscrito base de Caetano de Sousa, mas ausente dos testemunhos de C, P e A2, que não omitem o conde D. Mendo – tal como o *Livro de Linhagens*.

Dito isto, podemos explicar o erro de Herculano de duas formas: este poderá ter seguido simplesmente o texto fixado por Caetano de Sousa, olvidando inadvertidamente a versão dos *Carmelitas*, ou tomado a opção intelectual de excluir D.

Mendo, um dos grandes representantes da aristocracia portugalense do seu tempo, da lista de cavaleiros feitos por Fernão Peres de Trava.

Olhando atentamente para o retrato comportamental atribuído por Herculano a Diego Gelmires, Fernão Peres de Trava e D.<sup>a</sup> Teresa, podemos constatar um tom bastante moralista/tradicionista – principalmente em relação aos papéis de género e às constantes estratégias políticas de carácter eticamente ambíguo – e patriótico – ignorando os laços sociais que sempre uniram «galegos» e «portugalenses», mesmo em períodos de crise. Se Diego Gelmires é descrito como uma figura «mefistofélica» e inimiga da afirmação dos poderes portugalenses, Fernão Peres de Trava é perspectivado como um ardiloso «filho segundo» que, em sinergia com os propósitos do arcebispo compostelano, tirou partido das fraquezas «mulheris» de D.<sup>a</sup> Teresa, uma viúva que buscava o valimento indispensável de uma figura masculina – num clima político muito volátil e que, no caso de Portugal, redundou na formação de dois blocos «nacionais» antagónicos.

Atendendo a estes seus escritos, não será totalmente descabido pensar que Herculano tenha escolhido excluir voluntariamente D. Mendo, *o Sousão*, da lista de investidos por Fernão Peres de Trava, retirando-lhe, dessa forma, o sentido de superioridade simbólica trans-regional que esta passagem detém – aplicável à aristocracia de Portugal, Castela/Leão e Aragão.

A ser verdadeira, a nossa passagem possui um nível de plausibilidade bastante assinalável, principalmente pelo contexto social em que se insere, e uma coerência intertextual significativa (dentro dos nobiliários portugueses dos séculos XIII e XIV). No que concerne ao parâmetro de verosimilhança histórica, podemos defender que os primeiros «cavaleiros» investidos da aristocracia do Ocidente Peninsular terão sido D. Raimundo e D. Henrique, grandes senhores que terão imposto aos aios de seus filhos os paradigmas de uma educação marcial cavaleiresca, culminante num ritual iniciático de investidura – não muito diferente daqueles descritos e praticados em meados do século XIII. Com efeito, Fernão Peres de Trava terá sido um dos colaços de Afonso VII investidos por D. Raimundo (ou, talvez, indirectamente por D. Pedro Froilaz), de forma a que se disseminassem os cânones da investidura e o ideário cavaleiresco pelos círculos mais elevados da aristocracia galego-portuguesa.

Para além de ter dado o seu assentimento às investiduras de Afonso VII e de D. Afonso Henriques, o já investido Fernão Peres terá feito os seus próprios cavaleiros. Não entre o seu séquito mais fiel, mas, sim, dentro das casas dos seus aliados conjunturais mais próximos – com o intuito de reforçar os laços sociais que os uniam. O primeiro terá sido Mendo Viegas de Sousa, magnate que se terá cruzado com Pedro Froilaz de Trava na corte de D. Raimundo (1094) e que poderá ter sido investido algures entre 1106 (data da aparição de Mendo na corte portuguesa, já em plena maioria de Fernão Peres), ou 1116 (ano dos primeiros contactos entre os Trava e D.<sup>a</sup> Teresa), e 1120 (ocaso social de Mendo Viegas, poucos meses antes da chegada dos Trava a Portugal).

O segundo terá sido Pedro Cornel I, patriarca desta linhagem, que, algum tempo depois do incidente da «Campana de Huesca», terá seguido para ocidente e integrado o séquito de Ponce Guerau de Cabrera, genro de Fernão Peres. A ter acontecido, esta investidura deverá ter ocorrido entre 1134 (ano provável da revolta contra Ramiro II de Aragão) e 1142 (data aproximada do casamento de Ponce Guerau com Maria Fernandes).

Por fim, o terceiro terá sido Fernão Rodrigues de Castro, o *Castelhano*, algures entre 1145 (ano em que ficou órfão) e 1150 (momento em que, já aio do futuro Fernando II de Leão, Fernão Peres se juntou a castelhanos e leoneses numa última surtida contra Córdoba). A forte relação existente entre Fernando II e Fernão Rodrigues de Castro – especialmente a partir do seu exílio leonês, em 1160 – deixa perceber que os seus laços seriam bastante antigos e que, por isso, talvez tivessem sido criados durante a juventude de ambos – em torno da casa de Trava.

Todo este cenário (bastante conjectural...) coloca, necessariamente, a solidez e coesão discursiva dos nobiliários à prova, sendo que, exceptuando o caso de Pedro Arteiro Churrichão – escudeiro oriundo do vale do Sousa que, após as suas façanhas contra inimigos da igreja orensana, foi dotado, casado e investido pelos seus prelados (por volta de 1157) –, todas as demais referências a investiduras podem ser relacionadas com a casa de Sousa ou com os Castro.

Segundo LL42X6, Rui Pais Taveira, sobrinho do trovador João Soares de Paiva, usou as armas de Fernão Rodrigues de Castro numa liça contra Manrique Peres de Lara, talvez durante as batalhas de Lobregal (1160) ou Huete (1164), onde o *Castelhano* acabou por assassinar o seu rival. Já LV2N8 e LL42X7, referem que o seu irmão mais novo, Gonçalo Pais Taveira, casou com Maria Rodrigues Capão, filha de Rui Fernandes Capão, judeu castelhano que foi investido (e nobilitado) por D. Afonso II, filho de D. Sancho, o *Velho* (Sancho I). A origem castelhana da noiva e a investidura real parecem ser uma alusão indirecta aos valores e experiências vividas por Rui Pais Taveira, já que a investidura limpou a mácula sanguínea desta família forânea.

No caso de Mendo Viegas, as relações com investiduras são mais distantes e estritamente genealógicas: tendo transmitido as práticas cavaleirescas a seus filhos, sabemos que da sua neta Teresa Gonçalves de Sousa, filha de Gonçalo Mendes de Sousa I e esposa de Vasco Fernandes de Soverosa, nasceu Gil Vasques de Soverosa I, marido de Maria Aires de Fornelos e pai de Fernão Gil de Soverosa, fidalgo que, segundo LD14H9, fez um total de 37 cavaleiros; já Mendo Gonçalves de Sousa I, filho de Gonçalo Mendes de Sousa I, foi pai de Gonçalo Mendes de Sousa II, tio de Elvira Anes da Maia, esposa de Rui Gomes de Briteiros, que fez cavaleiro seu irmão Gonçalo Gomes de Briteiros; por fim, Maria Gomes de Briteiros, irmã dos já referidos Gonçalo e Rui Gomes de Briteiros, casou com Nuno Martins de Chacim, fidalgo investido por Fernão Garcia de Bragança.

Atendendo a estes dados, não podemos ignorar uma certa dimensão de retro-projectão na nossa passagem, mas, no entanto, a solidez da conjuntura social que a

envolve e a sua repercussão no desenvolvimento de lições referentes a figuras do século XIII deixam perceber uma enorme continuidade discursiva, bem como uma verosimilhança considerável, tornando-a bastante realista.

## Fontes

ANTT (Arquivo Nacional Torre do Tombo), *Inquirições de D. Dinis*, livro VI.

Catalán, Diego e María Soledad de Andrés (ed., 1971), *Crónica de 1344 que Ordenó el Conde de Barcelos Don Pedro Alfonso*, Madrid, Gredos.

Cintra, Luís Filipe Lindley (ed., 1951-1990), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, 4 vols., Lisboa, Academia Portuguesa da História/INCM.

Cruz, António (ed., 1968), *Anais, Crónicas e Memórias de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Falque Rey, Emma (ed., 1994), *Historia Compostelana*, Madrid, Akal Ediciones.

Juárez Blanquer, Aurora e Antonio Rubio Flores (ed., 1991), *Partida Segunda de Alfonso X El Sábio*, Granada, Impredisur.

Loscertales de Valdeavellano, Pilar (ed., 1976), *Tumbos del Monasterio de Sobrado de los Monjes*, vol. I, Madrid, Dirección General del Patrimonio Artístico y Cultural/Archivo Histórico Nacional.

Llull, Ramon de (2002), *Livro da Ordem de Cavalaria*, trad. de Artur Guerra, Lisboa, Assírio & Alvim.

Mattoso, José (ed., 1980), *Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série: *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 2 vols., Lisboa, Academia das Ciências.

Mattoso, José e Joseph Piel (ed., 1980), *Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série: vol. I, *Livros Velhos de Linhagens*, Lisboa, Academia das Ciências.

Nicolás-Minué Sánchez, Andrés J. (ed., 2018), *Familias Nobles de Aragón: Linages de Nobles e Infanzones del Reyno de Aragón y sus Decendencias Escritos por Juan Mathias Estevan*, Saragoça, Institución «Fernando el Católico»-Diputación de Zaragoza.

Orcástegui Gros, Carmen (ed., 1985), «Crónica de San Juan de la Peña (Versión Aragonesa): Edición Crítica», *Cuadernos de Historia Jerónimo Zurita*, nº 51-52, Madrid, pp. 419-569.

*Ordenações Afonsinas* (ed., 1998), 5 l., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

*Portugaliae Monumenta Historica: Diplomata et Chartae* (1867-[1873]), vol. I, Lisboa, Academia das Ciências.

*Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones* (1888-1977), vol. I, parte I e II, Lisboa Academia das Ciências de Lisboa.

*Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones* (2012), Nova Série, vol. IV/1: *Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288 e Sentenças de 1290 e Execuções de 1291*, ed. de José Augusto de Sottomayor-Pizarro, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

*Portugaliae Monumenta Historica*, vol. I: *Scriptores* (1860), Lisboa, Academia das Ciências.

Sousa, António Caetano de (1946), *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 6 vols., Coimbra, Atlântida – Livraria/Editora, t. I (livros I e II).

### **Bibliografia**

Aguiar, Miguel (2015a), «Chivalry in Medieval Portugal», *E-Journal of Portuguese History* [revista electrónica], vol. 13, nº 2, pp. 1-17. Disponível em: <[www.brown.edu/Departments/Portuguese\\_Brazilian\\_Studies/ejph/html/issue26/pdf/v13n2a01.pdf](http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue26/pdf/v13n2a01.pdf)>.

—, (2015b), «“Fazer Cavaleiros”. As Cerimónias de Investidura Cavaleiresca no Portugal Medieval (Séculos XII-XV)», *Cuadernos de Estudios Gallegos*, vol. 62, n.º 128, Santiago de Compostela, pp. 13-46.

—, (2016), *Ideologia Cavaleiresca em Portugal no Século XV*, Porto, Dissertação de Mestrado apresentada na FLUP.

—, (2018), *Cavaleiros e Cavalaria. Ideologia, Práticas e Rituais Aristocráticos em Portugal nos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Teodolito.

Amaral, Luís Carlos (2007), *Formação e Desenvolvimento do Domínio da Diocese de Braga no Período da Reconquista (Século IX-1137)*, Porto, Dissertação de doutoramento apresentada na FLUP.

Amaral, Luís Carlos e Mário Jorge Barroca (2012), *A Condessa-Rainha. Teresa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012.

Azevedo, Rui de (1973), «A Expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de Piratas Normandos à Galiza em 1015-16», *Revista Portuguesa de História*, 14, pp. 73-93.

Barber, Richard (1970), *The Knight and Chivalry*, Woodbridge, The Boydell Press.

Barthélemy, Dominique (2007), *La Chevalerie*, Paris, Perrin.

Barton, Simon (1989), «Sobre el Conde Rodrigo Pérez “el Velloso”», *Estudios Mindonienses. Anuario de Estudios Histórico-Teológicos de la Diócesis de Mondoñedo-Ferrol*, 5, pp. 653-661.

- , (1997), *The Aristocracy in Twelfth-Century León and Castile*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Calderón Medina, Inés (2007), «Cuatro Magnates en la Corte de Alfonso VII. Su Continuidad al Servicio de la Monarquía Leonesa», sep. de *Monarquía y Sociedad en el Reino de León. De Alfonso III a Alfonso VII*, tomo II, Leão, Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, pp. 343-374.
- , (2011), *Cum Magnatibus Regni Mei. La Nobleza y la Monarquía Leonesas Durante los Reinados de Fernando II e Alfonso IX (1157-1230)*, Madrid, CSIC.
- , (2013), «La Solidaridad Familiar: La Participación de la Nobleza Leonesa en la Guerra civil de Portugal (1245-1247)», *Hispania. Revista de Historia de España*, LXXIII - 245, pp. 617-646.
- , (2018), *Los Soverosa: Una Parentela Nobiliaria entre Tres Reinos. Poder y Parentesco en la Edad Media Hispana (SS. XI-XIII)*, Valladolid, Edições da Universidade de Valladolid.
- Calderón Medina, Inés e João Paulo Martins Ferreira (2013), «Os Senhores de Cabreira e Ribeira: Um Estudo sobre a sua Origem e Transcendência Peninsular (Séculos XII-XIV)», *Revista Portuguesa de História*, 44, pp. 123-152.
- , (2014), «Beyond the Border. The Aristocratic Mobility between the Kingdoms of Portugal and León (1157-1230)», *e-journal of Portuguese History* [revista electrónica], 12 – N.º 1, pp. 1-48. Disponível em: <[www.brown.edu/Departments/Portuguese\\_Brazilian\\_Studies/ejph/html/issue23/pdf/v12n1a01.pdf](http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue23/pdf/v12n1a01.pdf)>.
- Canal Sánchez-Pagín, José María (1984), «D. Pedro Fernández, Primer Maestre de la Orden Militar de Santiago. Su familia, su vida», *Anuario de Estudios Medievales*, 14, Madrid, pp. 33-71.
- Contamine, Philippe (1976), «Points de Vue sur la Chevalerie en France à la fin du Moyen Âge», *Francia. Forschungen zur Westeuropäischen Geschichte*, 4, pp. 272-282.
- Cross, Peter (1996), *The Knight in Medieval England: 1000-1400*, Stroud, Alan Sutton.
- David, Henrique (1989), «Os Portugueses e a Reconquista Castelhana e Aragonesa do Século XIII», in *Actas das Segundas Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. III, Porto, INIC, pp. 1029-1041.
- Faria, Tiago Viúla de (2006), «Pela “Santa Garrotea”. Ofício Cavaleiresco nas Vésperas de Alfarrobeira», in *XIV Colóquio de História Militar: Portugal e os Conflitos Militares Internacionais*, vol. II, Lisboa, pp. 61-86.
- Fernandes, A. de Almeida (1990), *Homenagem de Lalim ao Conde D. Pedro. A História de Lalim*, Lamego, Câmara Municipal de Lamego.

- Fernández Rodríguez, Manuel (2004), *Toronium. Aproximación a la Historia de una Tierra Medieval, Anejos de Cuadernos de Estudios Gallegos*, vol. 20, Santiago de Compostela, CSIC/IEGPS.
- Fernández-Xesta y Vázquez, Ernesto (1991), *Un Magnate Catalán en la Corte de Alfonso VII. Comes Poncius de Cabreira, Princeps Çemore*, Madrid, Prensa y Ediciones Ibero-Americanas.
- Ferreira, João Paulo Martins (2019), *A Nobreza Galego-Portuguesa da Diocese de Tui (915-1381), Anejos de Cuadernos de Estudios Gallegos*, vol. 48, Santiago de Compostela, CSIC/IEGPS.
- Ferreira, Maria do Rosário (2012), «“Amor e Amizade Antre os Nobres Fidalgos da Espanha”. Apontamentos sobre o Prólogo do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro», *Cahiers d'Études Hispaniques Médiévales*, 35, pp. 109-116.
- , (2019), «De Nájera a Alcalá. Pedro de Barcelos e Juan Nuñez de Lara III», in Maria do Rosário Ferreira, *Pedro de Barcelos e a Escrita da História*, Porto, Estratégias Criativas, pp. 155-171.
- Flori, Jean (1986), *L'Essor de la Chevalerie (XIe-XII Siècles)*, Genebra, Doz.
- , (2010), *Chevaliers et Chevalerie au Moyen Âge*, Paris, Fayard-Pluriel.
- García Álvarez, M. Rúben (1966), «Los Arias de Galicia y sus Relaciones Familiares con Fernando II de León y Alfonso de Portugal», *Bracara Augusta*, XX, nº 43-44, pp. 25-41.
- García Díaz, Isabel (1984), «La Política Caballeresca de Alfonso XI», *Miscelánea Medieval Murciana*, vol. XI, pp. 117-133.
- Herculano, Alexandre (1980 [1846-1853]), *História de Portugal, Tomo I: Desde o Começo da Monarquia até o Fim do Reinado de Afonso III*, livro I, Amadora, Livraria Bertrand.
- Huizinga, Johan (1990), *The Waning of the Middle Ages*, Londres, Penguin.
- Kaeuper, Richard W. (1999), *Chivalry and Violence in Medieval Europe*, Oxford, Oxford University Press.
- Kaeuper, Richard W. (2009), *Holly Warriors. The Religious Ideology of Chivalry*, Fildélfia, University of Pennsylvania Press.
- , (2016), *Medieval Chivalry*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Keen, Maurice (1984), *Chivalry*, Yale, Yale University Press.
- , (1996), *Nobles, Knights and Men-at-Arms in the Middle Ages*, Londres, The Hambledon Press.

- Krus, Luís (1994), *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Lacarra, José María (1968), «Hombres et Tenencias en Aragón (XIe siècle)», *Annales du Midi. Revue Archéologique, Historique et Philologique de la France Méridionale*, t. 80, n.º 89, pp. 485-519.
- Laliena Corbera, Carlos (1993), «La Formación de las Estructuras Señoriales en Aragón (ca. 1083-ca.1206)», in Eliseo Serrano Martín e Esteban Sarasa Sánchez (coords.), *Señorío y Feudalismo en la Península Ibérica (Siglos XII-XIX)*, vol. I, Saragoça, Institución «Fernando el Católico», pp. 553-585.
- , (2000), «Larga Stipendia et Optima Praedia: Les Nobles Francos en Aragón au Service d'Alphonse le Batailleur», *Annales du Midi. Revue Archéologique, Historique et Philologique de la France Méridionale*, t. 112, n.º 230, pp. 149-170.
- López Sangil, José Luis (2002), *La Nobleza Altomedieval Gallega. La Familia Froilaz-Traba*, Noia, Editorial Toxosoutos.
- Martín Rodríguez, José Luis (2002), «El Conde Armengol VII de Urgel en el Reino de León», in F. Sabaté e J. Farré (coords.), *El Comtat d'Urgell e la Península Ibérica*, Lérida, Pagès Editors, pp. 15-31.
- Martínez Sopena, Pascual (inédito), *Prolis Flainiz. Los Flaínez y la Sociedad Leonesa del Siglo X al XII*.
- , (1990), «El Conde Rodrigo y los Suyos. Herencia y Expectativa de Poder entre los Siglos X y XII», in Reina Pastor de Togneri (coord.), *Relaciones de Poder, de Producción y Parentesco en la Edad Media y Moderna*, Madrid, CSIC, pp. 51-84.
- Mattoso, José (1978), «A Primeira Tarde Portuguesa», *Revista de Guimarães*, 88, pp. 159-186.
- , (1985), «Cavalaria», in *Dicionário Ilustrado de História de Portugal*, José da Costa Pereira (coord.), Lisboa, Alfa, p. 116.
- , (1993), «Cavalaria», in Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (org.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, pp. 152-154.
- , (dir., 1993), *História de Portugal*, Vol. II: *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- , (1995 [1985]), *Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal (1096-1325)*, Vol. I: *Oposição*, 5ª ed., Lisboa, Ed. Estampa.
- , (1998 [1982]), *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*, 3ª ed., Lisboa, Guimarães Editores.

- , (1999), «A Transmissão Textual dos Livros de Linhagens», in Isabel Hub Faria (org.), *Lindley Cintra: Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa, Edições Cosmos/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 565-584.
- , (2000), «A Nobreza Medieval Portuguesa no Contexto Peninsular», in *Obras Completas*, Vol. I: *Naquele Tempo. Ensaios de História Medieval*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 319-339.
- , (2001 [1981]), *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- , (2001), «Cavaleiros Andantes. A Ficção e a Realidade», in *Obras Completas*, Vol. VII: *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 259-271.
- , (2002), «A Nobreza Medieval Galaico-Portuguesa. A Identidade e a Diferença», in *Obras Completas*, Vol. VIII: *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 129-147.
- , (2006), *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- , (2011a), «A Coroação dos Primeiros Reis de Portugal», in *Naquele Tempo. Ensaios de História Medieval*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, pp. 489-500.
- , (2011b) «A Nobreza e os Cavaleiros Vilãos na Península Ibérica (Séc. X-XIV)», in *Naquele Tempo. Ensaios de História Medieval*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, pp. 353-365.
- Miranda, José Carlos (1996), *Os Trovadores e a Região do Porto: Em Torno do Rapto de Elvira Anes da Maia*, Porto, edição do Autor.
- , (2004), *Aurs Mesclatz ab Argen. Sobre a Primeira Geração de Trovadores Galego-Portugueses*, Porto, Edições Guarecer.
- , (2019), «Em Torno do *Livro de Linhagens* de Pedro de Barcelos (II). Do Livro às Reformulações: Hipóteses e Argumentos», in María Jesús Lacarra (coord.) e Nuria Aranda García, Ana M. Jiménez Ruiz e Ángela Torralba Ruberte (eds.), *Literatura Medieval Hispánica: «Libros, Lecturas y Reescrituras»*, San Millán de la Cogolla, Cilengua, pp. 781-798.
- Nieto Sória, José Manuel (2001), «La Realeza Caballeresca en la Castilla de Medios del Siglo XV. Representación Literaria y Formalización Jurídico-Política», in Georges Martin (dir.) *La Chevalerie en Castilla à la Fin du Moyen Âge: Aspects Sociaux, Idéologiques et Imaginaires*, Paris, Ellipses, pp. 61-79.
- Oliveira, António Resende de (2007), «Do Reino da Galiza ao Reino de Portugal (1065-1143)», *Revista de História das Ideias*, 28, pp. 17-37.
- Oliveira, Luís Filipe (2009), *A Coroa, os Mestres e os Comendadores*, s/l, Universidade do Algarve.

- Palacios Martín, Bonifacio (1997/1998), «La Recepción de los Valores Caballerescos por la Monarquía Castellano-Leonesa», *Codex Aquilarensis. Cuadernos de Investigación del Monasterio de Santa María la Real*, nº 13, pp. 88-95.
- Paravicini, Werner (1993), «Rois et Princes Chevaliers (Allemagne, XIIe-XVIe Siècles)», in *Les Princes et le Pouvoir au Moyen Âge*, Paris, Publications de la Sorbonne, pp. 9-34.
- Pardo de Guevara y Valdés, Eduardo (2000), *Los Señores de Galicia. Tenentes y Condes de Lemos en la Edad Media*, 2 vols., A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- Pérez de Tudela Velasco, María Isabel (1986), «La “Dignidad” de la Caballería en el Horizonte Intelectual del S. XV», *En la España Medieval*, 9, pp. 813-829.
- Pontes, Luís Filipe (2008), *Do Mundo da Corte ao Mundo da Memória – Subsídios para o Estudo da Mentalidade Cavaleiresca da Nobreza Portuguesa, 1400-1521*, Lisboa, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Porrinas González, David (2015), *Guerra y Caballería en la Plena Edad Media. Condicionantes y Actitudes Bélicas. Castilla y León, Siglos XI al XIII*, 2 vols., Cáceres, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade da Extremadura.
- Portela Silva, Ermelindo e María del Carmen Pallares Méndez (1993), «Aristocracia y Sistema de Parentesco en los Siglos Centrales de la Edad Media. El Grupo de los Traba», in *De Galicia en la Edad Media. Sociedad, Espacio y Poder*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, pp. 277-294.
- Quintanilla Raso, María Concepción (1996), *Nobleza y Caballería en la Edad Media*, Madrid, Arco Libros.
- Rebelo, António Manuel Ribeiro (2012), «D. Henrique e D. Fernando – Duas Perspectivas Cristãs do Cavaleiro de Avis», in Lênia Márcia Mongelli (dir.), *De Cavaleiros e Cavalarias. Por Terras de Europa e Américas*, São Paulo, Humanitas, pp. 135-143.
- Rodríguez Velasco, Jesús (1996), *El Debate sobre la Caballería en el Siglo XV. La Tradadística Cabaleresca Castellana en su Marco Europeo*, Salamanca, Junta de Castilla y León.
- Sánchez Mora, Antonio (2007), *Los Lara. Un Linaje Castellano de la Plena Edad Media*, Burgos, Diputación Provincial de Burgos.
- Saul, Nigel (2012), *For Honour and Fame. Chivalry in England, 1066-1500*, Londres, Pimlico.
- Silva, Maria João Violante Branco Marques da (1993), «Portugal no Reino de León. Etapas de uma Relação (866-1179)», in *El Reino de León en la Alta Edad Media*, Vol. IV: *La Monarquía (1109-1230)*, Leão, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», pp. 577-604.

- Soares, Torquato de Sousa (1989), *Formação do Estado Português (1096-1179)*, Trofa, Editora Sólivros de Portugal.
- Sottomayor-Pizarro, José Augusto de (1999), *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 3 vols., Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família/Universidade Moderna.
- , (2010), «De e para Portugal. A Circulação de Nobres na Hispânia Medieval (Séculos XII a XV)», *Anuario de Estudios Medievales*, 40/2, pp. 889-924.
- , (2011), «Os Limas: Da Galiza a Giela (Séc. XII a XV)», in *Actas do 2º Congresso Internacional: Casa Nobre um Património para o Futuro*, Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, pp. 53-74.
- Souto Cabo, José António (2012), «Fernando Pais de Tamalhancos: Trovador e Cavaleiro», *Revista de Literatura Medieval*, XXIV, pp. 231-267.
- Stalls, Clay (1995), *Possessing the Land: Aragon's Expansion into Islam's Ebro Frontier under Alfonso the Battler, 1104-1134*, Leiden, Brill.
- Stevenson, Katie (2007), «Contesting Chivalry. James II and the Control of Chivalric Culture in the 1450s», *Journal of Medieval History*, 33, pp. 197-214.
- Strickland, Matthew (1996), *War and Chivalry. The Conduct and Perception of War in England and Normandy*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Taylor, Craig (2013), *Chivalry and the Ideals of Knighthood in France during the Hundred Years War*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Torres Sevilla-Quiñones de León, Margarita (1999), *Linajes Nobiliarios de León y Castilla (Siglos IX-XIII)*, Salamanca, Junta de Castilla y León.
- Ubieto Arteta, Agustín (1973), *Los «Tenentes» en Aragón y Navarra en los Siglos XI y XII*, Valência, Anúbar.
- , (1977), «Aproximación al Estudio del Nacimiento de la Nobleza Aragonesa (siglos XI y XII): Aspectos Genealógicos», in *Homenaje a Don José María Lacarra en su Jubilación del Profesorado*, t. II, Saragoça, Anubar, pp. 7-54.
- Ubieto Arteta, A. (1979), *La Campana de Huesca*, Saragoça, Anubar.
- Utrilla Utrilla, Juan F. (1998) «Los Grupos Aristocráticos Aragoneses en la Época de la Gran Expansión Territorial del Reino (1076-1134): Poder, Propiedad y Mentalidades», in Juan F. Utrilla Utrilla e Carlos Laliena Corbera (eds.), *De Toledo a Huesca. Sociedades Medievales en Transición*, Saragoça, Institución «Fernando el Católico», pp. 167-197.
- , (2009), «La Nobleza Aragonesa y el Estado en el siglo XIII: Composición, Jerarquización y Comportamientos Políticos», in Esteban Sarasa Sánchez (coord.), *La*

*Sociedad en Aragón y Cataluña en el Reinado de Jaime I: 1213-1276*, Saragoça, Institución «Fernando el Católico», pp. 199-218.

Vale, Malcolm (1981), *War and Chivalry. Warfare and Aristocratic Culture in England, France and Burgundy at the End of the Middle Ages*, Athens (Georgia), The University of Georgia Press.

Veiga, A. Botelho da Costa (1943), «Os Nossos Nobiliários Medievais (Alguns Elementos para a Cronologia da sua Elaboração)», sep. de *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, Lisboa, Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade.

Viana, Mário (2012), «Os Cavaleiros de Santarém na Segunda Metade do Século XIII», in *Categorias Sociais e Mobilidade Urbana na Baixa Idade Média*, Lisboa, Colibri/CIDEHUS, pp. 61-81.